



Universidade
Potiguar

ecossistema
ãnima

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE FARMÁCIA

Natal, 2022

1. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

A Universidade Potiguar – UnP vem, há 4 décadas, crescendo junto com o estado do Rio Grande do Norte e, ainda hoje, preserva em sua missão de formar cidadãos comprometidos com os valores éticos, culturais, sociais e profissionais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Rio Grande do Norte, da Região e do País, características que remontam a sua origem.

A Missão, a Visão e os Princípios Institucionais integram o perfil institucional como elementos norteadores da tomada de decisões e do provimento de recursos e investimentos que assegurem o cumprimento dos compromissos assumidos com o desenvolvimento sustentável do Estado, da Região e do País.

A missão da Universidade Potiguar é formar cidadãos comprometidos com os valores éticos, culturais, sociais e profissionais, contribuindo – através do ensino, da pesquisa e da extensão de excelência – para o desenvolvimento sustentável do Rio Grande do Norte, da Região e do País.

A visão da UnP é “ser uma universidade de excelência na formação cidadã, pela prática efetivamente integrada do ensino, da pesquisa e da extensão, por uma gestão ética, ágil e inovadora e pela participação constante no desenvolvimento sustentável do Rio Grande do Norte, da Região e do País”.

De acordo com o seu Estatuto, a UnP, como instituição pluridisciplinar formadora de quadros profissionais de nível superior, promotora da pesquisa e da extensão e, sob a forma de uma comunidade inspirada nas liberdades fundamentais, tem como objetivo geral a promoção do bem comum pelo desenvolvimento das ciências, das letras e das artes, pela difusão e preservação da cultura e pelo domínio e cultivo do saber humano em suas diversas áreas.

Mantida pela APEC – Sociedade Potiguar de Educação e Cultura LTDA. – pessoa jurídica de natureza privada, constituída como empresa limitada com finalidade lucrativa, a UnP é a única Universidade particular do RN, atuando ao lado de três outras instituições públicas, da mesma natureza: Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, Universidade Estadual do Rio Grande do Norte – UERN e Universidade Federal Rural do Semiárido – UFERSA, as duas últimas com sede em



Mossoró/RN, onde funcionam também campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN e faculdades isoladas.

Com mais de 40 anos de funcionamento, a UnP, com sede em Natal, capital do Rio Grande do Norte – RN, iniciou suas atividades em 1981 (Parecer CFE n. 170, de 18/02/1981; Decreto n. 85.828/1981, D.O.U. de 20/03/1981). Seu credenciamento se deu com a oferta das graduações em Administração, Ciências Econômicas e Ciências Contábeis. Em 20 de março de 1981, o Decreto nº 85.828, de 19 de março de 1981, da Presidência da República, autorizava o funcionamento da Faculdade de Administração, Ciências Econômicas e Contábeis de Natal, de ensino privado, que teve o seu primeiro concurso vestibular realizado de 18 a 21 de abril daquele ano, com 100 vagas para cada um dos três cursos iniciais, com funcionamento provisório nas salas alugadas do Colégio Salesiano São José, sede provisória da Faculdade no antigo bairro da Ribeira, na cidade do Natal, capital do estado do Rio Grande do Norte.

Nesse cenário começava a se desenhar a maior empresa de educação superior em solo norte-rio-grandense, cujo produto são os serviços educacionais de nível superior, pagos, mas na conformidade da lei maior da educação vigente no país - a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação – LDB. Instituição de Ensino Superior privado e alma nordestina, a UnP traz, desde o seu nascer, a missão de contribuir para o crescimento do Rio Grande do Norte.

Em 1982, a mantenedora adquiriu o imóvel do histórico Colégio “7 de setembro”, na atual Rua Seridó, no bairro de Petrópolis, passando a faculdade a funcionar em instalações próprias. A expansão das instalações físicas teve início no ano de 1983, com a construção do prédio 2, e no ano de 1990, ocorreu nova ampliação física, com a construção do prédio 3, constituindo hoje a atual Unidade Floriano Peixoto do Campus Natal.

A década de 90 reuniu as maiores conquistas da UnP no setor educacional do Estado, começando pela troca de nomes. Em 1990, a Faculdade de Administração, Ciências Econômicas e Contábeis de Natal passou a se chamar Faculdade Unificada para o Ensino das Ciências – UNIPEC, tudo com o aval do Ministério da Educação, órgão regulador da educação superior no país. Começava, então, para a Instituição, a ampliação de novos cursos de graduação: Em 1991, Formação de Executivos,

Turismo e Processamento de Dados; em 1992, Direito; Em 1993, Ciências Biológicas, Educação Artística, Letras e Matemática; Em 1994, Engenharia Civil e Publicidade e Propaganda; E em 1997, Arquitetura e Urbanismo, Engenharia de Computação, Fisioterapia, Farmácia, Fonoaudiologia, Jornalismo e Odontologia.

Nesta mesma década, já num contexto de crescimento acelerado do ensino superior no Brasil, a Faculdade Unificada para o Ensino das Ciências – UNIPEC submeteu uma Carta- Consulta ao então Conselho Federal de Educação - CFE, pleiteando a sua transformação em Universidade. Este objetivo era respaldado por condições concretas que legitimavam tal intenção, como a oferta de vários cursos superiores de reconhecida qualidade, formando profissionais que se colocavam bem no mercado de trabalho. Além disso o corpo docente era constituído de professores conceituados e a Faculdade possuía instalações próprias de qualidade, com um sistema de bibliotecas bem estruturado e com vasto acervo. Seus laboratórios de informática eram tecnologicamente atualizados e os demais laboratórios específicos de cursos atendiam bem às demandas do ensino.

Em abril de 1991, a Carta-Consulta foi aprovada e o Projeto de criação da Universidade Potiguar foi protocolado junto ao Conselho Federal de Educação em 20 de setembro de 1991. O projeto foi apreciado pela Comissão Especial de Universidades no dia 29 de janeiro de 1992 e aprovado em 10 de março de 1992, tendo sido fixado um prazo mínimo de três anos para sua implantação, sob a supervisão de uma Comissão de Acompanhamento. Mesmo tendo havido o fechamento do Conselho Federal de Educação, em outubro de 1994, a UNIPEC manteve o mesmo ritmo de execução dos compromissos assumidos no Projeto de Universidade e no Plano de Desenvolvimento Institucional.

Durante este período, outros importantes marcos em sua história precisam ser registrados, como o lançamento da Unidade Salgado Filho, no ano de 1993. Por lá passaram cursos das mais diversas áreas do conhecimento: Direito, Ciências Biológicas, o extinto curso de Educação Artística e outras licenciaturas, até se tornar um local dedicado somente aos estudos da Escola das Ciências da Saúde, e que conta com um exclusivo Hospital Simulado, referência na prática dos alunos, e também com o Centro Integrado da Saúde (CIS).

Em 1995 a UnP ampliou mais uma vez sua estrutura e inaugurou a Unidade Nascimento de Castro, casa dos cursos da área das Engenharias, e onde também funciona o Centro de Excelência em Pesquisa Aplicada da UnP, o e-Labora.

Seu credenciamento, como Universidade data de 1996, por meio de Decreto s/n de 19 de dezembro desse ano (D.O.U. de 20 de dezembro de 1996). A coincidência do credenciamento da Universidade com a edição da LDB, em 1996, motivou uma imediata atualização do PDI, adequando-o à nova realidade. Foram, então, redefinidas as bases político-filosóficas da Universidade, suas políticas acadêmicas e administrativas, o modelo de gestão e a distribuição dos recursos humanos, tudo isso como objetivos e metas do PDI – 1997/2001.

Cumprindo a tríade do Ensino Superior, a UnP oferece ensino, pesquisa e extensão associados a um amplo Programa de Graduação e Pós-Graduação Lato Sensu e Stricto Sensu. Desde o ano de 1998, a UnP conta com o incentivo do Programa de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Potiguar – ProBIC/UnP, para estimular, entre os estudantes de graduação, a vocação para a Ciência, mediante a sua participação em projetos de pesquisa institucional sob a orientação de professor-pesquisador.

A partir de 2002, um novo período de desenvolvimento institucional se inicia com o terceiro PDI – período 2002-2006. A perspectiva, nesse momento institucional, era consolidar a atuação no ensino, expandir os serviços educacionais no Estado do Rio Grande do Norte e aprimorar a integração do ensino com a pesquisa e com a extensão.

A Unidade Roberto Freire surgiu nesse ano de 2002, mas foi somente no ano de 2005 que passou a funcionar no atual prédio, ambiente plural, como uma verdadeira universidade deve ser. Nesta Unidade funciona o 2º maior curso de Gastronomia do Brasil, o berço dos novos criativos potiguares no Design e Comunicação Social, além dos cursos da área de Tecnologia da Informação. Tudo isso sem perder espaço para as tradicionais e consolidadas graduações em Administração, Direito, Serviço Social e Psicologia e Cursos Superiores de Tecnologia em Gestão. Também é a sede do Empreende, um Centro de Excelência em Empreendedorismo, e da Reitoria da Universidade, que funciona em um prédio anexo à Unidade.

Ainda em consonância com a missão de contribuir para o desenvolvimento regional, a Universidade Potiguar chegou à região oeste do estado, no ano de 2002, com a implantação do campus fora de sede, na cidade de Mossoró, criado pela Portaria Ministerial nº 2.849, de 13 de dezembro de 2001, coincidentemente Dia de Santa Luzia, padroeira da cidade, para oferta dos cursos de Administração, Ciências Contábeis e Direito. O Campus Mossoró funcionou inicialmente nas instalações do Colégio Diocesano, mas o crescimento e a consolidação da UnP na região foram tamanhos que no início do ano de 2007 houve a inauguração das novas instalações do Campus Mossoró, na avenida João da Escócia, atual endereço do Campus.

Em 2004, o Conselho Técnico Científico da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) recomendou o programa de pós-graduação em Odontologia da Universidade Potiguar, nível de mestrado acadêmico, concretizando o empenho da Instituição em investir na Pós-Graduação Stricto Sensu como parte do seu processo de consolidação como Universidade, bem como de contribuir com o desenvolvimento técnico- científico-regional da área da saúde. Ressalte-se que até então, a única experiência da Universidade na pós-graduação stricto sensu se limitava ao Mestrado Interinstitucional em Direito, oferecido em parceria com Universidade Federal do Ceará e co-participação da Universidade Regional do Rio Grande do Norte - UERN.

Ainda no ano de 2004, por circunstâncias da história da educação superior nacional, houve uma alteração e atualização no PDI 2002-2006, com a edição de um novo documento com extensão até 2011, este inserido no sistema SAPIENS do MEC. Naquele momento foram introduzidos os desafios da educação a distância, a consolidação dos cursos nas diversas áreas do conhecimento e em bases sustentáveis para a expansão da Universidade no Estado.

O início da Educação a Distância (EaD) na UnP é marcada com a instalação do Núcleo de Educação a Distância (NEaD), responsável por articular, planejar, coordenar e ofertar as ações de educação a distância, organizando-se numa estrutura tecnológica, financeira e de recursos humanos necessária à sua plena viabilização, destacando-se a utilização e aperfeiçoamento do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), então denominado UnP Virtual.

Em fevereiro de 2005, a Universidade é credenciada para a oferta cursos de pós-graduação em nível lato sensu (Portaria MEC n. 1618/2005), apta a desenvolver os cursos de especialização em Gestão Educacional e em Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Em 2006, ano comemorativo de seus 25 anos de atuação como instituição de ensino superior, a UnP obteve a autorização de funcionamento do Curso de Medicina, através do Parecer Nº 11/2006, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, homologado pelo Ministro da Educação conforme despacho publicado no Diário Oficial da União de 08 de março de 2006, o que foi um grande impulsionador para que nos anos seguintes a Universidade investisse cada vez mais na consolidação dos cursos na área de Ciências da Saúde, culminando com a criação do Curso de Biomedicina, em 2012, Medicina Veterinária, em 2013, e o de Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar, para oferta a Distância, em 2016.

Em 2006 registra-se outro marco histórico. É quando a UnP é credenciada, por 5 (cinco) anos, para o desenvolvimento de cursos de graduação e pós-graduação a distância em todas as Unidades da Federação, conforme a Portaria MEC nº 837, de 3 de abril de 2006.

A partir de 2009, a administração acadêmica foi reestruturada com o agrupamento dos cursos, em sete Escolas: Escola da Saúde, Escola de Engenharias e Ciências Exatas, Escola de Gestão e Negócios, Escola do Direito, Escola de Licenciaturas, Escola de Comunicação e Artes e Escola de Hospitalidade e Gastronomia, permitindo um crescimento orgânico das suas atividades com a gestão de cursos, programas e projetos de ensino, pesquisa e extensão pelo cumprimento de metas de conformidade com as políticas e estratégias institucionais e com os projetos pedagógicos dos cursos de graduação e de pós-graduação fortalecendo os seus diferenciais de qualidade e de sustentabilidade e a indissociabilidade ensino-pesquisa- extensão.

Além disso, houve a ampliação da atuação geográfica da Universidade em outros municípios do estado do Rio Grande do Norte e do país, através da implantação de polos EaD.

Em 2012, a UnP foi recredenciada pelo Ministério da Educação através da Portaria nº 529, de 10 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 11 de maio de

2012, Seção I, pág. 19. A partir desse momento, a evolução histórica institucional, já marcada pelo contínuo crescimento e qualidade de suas iniciativas, segue com redimensionamentos e aperfeiçoamentos, considerando a condição de internacionalidade da UnP e os resultados da avaliação institucional.

A UnP tem a sua estrutura física assim organizada: Campus Natal, com cinco Unidades – Floriano Peixoto, Salgado Filho, Nascimento de Castro, Roberto Freire e João Medeiros; e Campus Mossoró, fora da sede, autorizado nos termos da Portaria/MEC n. 2.849, de 13 de dezembro de 2001. Além disso, opera em polos de educação a distância localizados no interior e na capital do Rio Grande do Norte (RN) e em outras Unidades da Federação – regiões Nordeste, Sul e Centro-Oeste. Conta ainda com um núcleo avançado denominado Núcleo Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão (NIPEC), em Parnamirim – município da Grande Natal.

A instituição possui um portfólio de mais de 170 cursos de Graduação, sendo os cursos presenciais divididos nos campi de Natal e Mossoró, e na educação a distância (EaD) os cursos são ofertados em polos no RN e em outras Unidades da Federação.

Na pós-graduação lato sensu, implantada desde os anos 1990, a oferta presencial e EaD compreende um portfólio de mais de 430 cursos de especialização, nos mais diversos campos de conhecimento: ciências jurídicas; educação; hospitalidade; engenharias, tecnologia e informática; meio ambiente; gestão e negócios e saúde.

Em nível stricto sensu conta com dois doutorados, um em Administração e outro em Biotecnologia com parceria com a Renorbio; e quatro mestrados, dois mestrados profissionais – Administração e Biotecnologia e dois acadêmicos - Administração e Biotecnologia da Saúde.

Todos os cursos de graduação e de pós-graduação e respectivas atividades de ensino, pesquisa e extensão encontram-se organizados por áreas de conhecimento: Arquitetura, Design e Moda; Comunicação e Artes; Direito; Educação; Engenharias e Tecnologia da Informação; Gestão e Negócios; Hospitalidade e da Saúde. Estas, por sua vez, estabelecem a gestão dos seus cursos sob quatro fundamentos institucionais cobrindo todas as dimensões estabelecidas no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES): qualidade acadêmica; empregabilidade; internacionalidade; responsabilidade social.



Desde sua criação, a instituição busca articular as políticas e diretrizes das suas atividades de ensino, pesquisa e extensão com as vocações e demandas socioeconômicas da região. A história da UnP demonstra o quanto o compromisso com a qualidade acadêmica tem sido responsável por seu crescimento sustentável. Além disso, a atuação junto à comunidade, promovendo ações de pesquisa e extensão, voltadas para o atendimento das demandas sociais, confirma o nosso compromisso institucional com o desenvolvimento regional.



IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Curso: Farmácia
Grau: Bacharelado
Modalidade: Presencial
Duração do curso: 09 semestres
Prazo máximo para integralização do currículo: 15 semestres
Carga horária: 4.000 horas

2. PERFIL DO CURSO

2.1. JUSTIFICATIVA DE OFERTA DO CURSO

É nesse contexto descrito anteriormente que o curso de Farmácia da Universidade Potiguar estará inserido. A instituição, ciente do importante papel farmacêutico na sociedade, oferta um curso de graduação diferenciado e de qualidade, baseado num currículo moderno, que indissocia a prática e a teoria desde o seu início, nas inovadoras metodologias ativas, na alta qualidade das rotações práticas, focando nas diversas áreas de atuação do farmacêutico, possibilitando ao aluno uma formação sólida com diferentes possibilidades e alternativas para que seu percurso de formação atenda às suas necessidades, bem como ao desenvolvimento de competências exigidas pelo mercado.

A existência do curso justifica-se diante das intensas transformações ocorridas na sociedade contemporânea, no mercado de trabalho e nas condições de exercício profissional. O Farmacêutico, conforme preconizam as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Farmácia, não pode apenas ser concebido como produtor e detentor do conhecimento e do saber, mas deve, também, ser considerado como instância voltada a atender às necessidades educativas baseadas na compreensão da realidade social, cultural e econômica, dirigindo a atuação do farmacêutico para a transformação da realidade em benefício da sociedade.

A partir da publicação da Resolução do Conselho Federal de Farmácia nº 586 de 29 de agosto de 2013, que regula a prescrição farmacêutica e da posterior publicação da Lei nº 13.021 de 11 de agosto de 2014, que muda o conceito de farmácia no Brasil, farmácias e drogarias deixam de ser apenas estabelecimentos comerciais para se transformar em unidades de prestação de assistência farmacêutica, assistência à saúde e orientação sanitária individual e coletiva. O artigo 8º da Lei determina que as farmácias hospitalares estejam condicionadas às mesmas exigências legais previstas para as farmácias não privativas em relação à instalação, equipamento, direção e desempenho técnico dos farmacêuticos, além do registro no Conselho Regional de Farmácia. Além da Lei 13.021/14, a presença de RT nas farmácias hospitalares também já era uma determinação da Resolução 556/11, do CFF, e uma recomendação da Portaria 4.283/2010, do Ministério da Saúde.

Portanto, a Lei nº 13.021 de 11 de agosto de 2014 reitera a obrigatoriedade da presença permanente do farmacêutico nas farmácias de qualquer natureza, conforme já determinava a Lei nº 5.991/73 e ressalta que apenas o farmacêutico poderá exercer, nestes estabelecimentos, a responsabilidade técnica. Com isso, o profissional farmacêutico ganha uma importância ainda maior perante a equipe multidisciplinar relacionada ao cuidado e bem-estar da saúde da população.

Nesse cenário de atuação profissional farmacêutica, amplia-se a necessidade e a possibilidade de formar cidadãos capazes de manter e contribuir para o avanço da tecnologia e serviços na área da saúde, preparando-os para se situar no mundo contemporâneo e dele participar de forma proativa na sociedade e no mercado de trabalho, conseqüentemente impactando na empregabilidade do profissional farmacêutico.

Segundo dados divulgados pelo Conselho Federal de Farmácia (CFF), em 2018, 221.258 farmacêuticos estavam registrados nos conselhos regionais de farmácia nos 26 estados e Distrito Federal. Na Região Norte, há 13.416 inscritos; na Nordeste, 33.290; na Sudeste, 109.614; na Sul, 42.719; na Centro-Oeste, 22.219. Isso demonstra que a demanda por profissionais farmacêuticos ainda é crescente.

Dados da associação Brasileira de Redes de Farmácias e Drogarias (Abrafarma) confirmam o crescimento de 7,07% no número de estabelecimentos no período de janeiro a dezembro de 2015, fortalecendo a ideia de expansão constante da demanda de profissionais farmacêuticos nestes estabelecimentos, que devem possuir em seus quadros farmacêuticos em quantidade suficiente para os serviços de assistência farmacêutica, durante todo o horário de funcionamento.

De acordo com as constantes mudanças na sociedade, as instituições de ensino superior sentem-se desafiadas a rever, continuamente, propostas e objetivos, e a estabelecer, como meta prioritária, a formação de profissionais aptos não só a criticarem a realidade em que estão inseridos, mas também a inovar, em um universo de rápidas mudanças.

Para atender às intenções apresentadas e propostas, o curso de Farmácia oferecido pela instituição é composto por um conjunto de unidades curriculares que, ao mesmo tempo em que se incumbe de dar ao discente a fundamentação conceitual, fornece-

Ihe a necessária sustentação operacional para que possa cumprir sua principal finalidade, que é propiciar ao aluno ingressante o desenvolvimento de competências e habilidades acerca das áreas de atuação farmacêutica e de acordo com o perfil do egresso adequado para o mercado de trabalho.

O Projeto Pedagógico do Curso de Farmácia da Universidade Potiguar encara o fazer, como processo educativo, pela ação sobre o meio, na preparação para o trabalho que exige cada vez mais criatividade e competências para a resolução de problemas concretos e para o inesperado. Estimula o aprendizado participativo, cooperativo, tendo a diversidade como base para a construção do conhecimento, prepara para o trabalho em equipe com as competências necessárias para o desenvolvimento de práticas integrais e resolutivas.

Nos últimos anos a Farmácia tem apresentado um crescimento considerável no cenário brasileiro. Esse crescimento deve-se em parte ao reconhecimento do papel social do farmacêutico.

3. FORMAS DE ACESSO

O acesso aos cursos superiores poderá ocorrer das seguintes formas: alunos calouros aprovados no vestibular, na seleção do Prouni ou usando a nota do Enem. Os cursos superiores são destinados aos alunos portadores de diploma de, no mínimo, ensino médio. A IES publicará o Edital do Vestibular, regulamentando o número de vagas ofertadas para cada um dos cursos, a data e o local das provas, o valor da taxa de inscrição, o período e o local de divulgação dos aprovados, além dos requisitos necessários para efetivação da matrícula. O edital contemplará também outras informações relevantes sobre os cursos e sobre a própria Instituição. Haverá, ainda, a possibilidade de Vestibular Agendado, processo seletivo em que o candidato poderá concorrer às vagas escolhendo a melhor data entre as várias oferecidas pela instituição.

O processo seletivo será constituído de uma prova de redação e de uma prova objetiva de conhecimentos gerais, composta por questões de múltipla escolha, nas áreas de Ciências da Natureza e Suas Tecnologias; Ciências Humanas e Suas Tecnologias; Matemática e Suas Tecnologias; e Linguagens, Códigos e Suas Tecnologias.

A prova de redação irá propor um tema atual a partir do qual serão verificadas as habilidades de produção de texto, raciocínio lógico, coerência textual, objetividade, adequação ao tema e aos objetivos da proposta, coerência, coesão, pertinência argumentativa, paragrafação, estruturação de frases, morfossintaxe, adequação do vocabulário, acentuação, ortografia e pontuação.

3.1. OBTENÇÃO DE NOVO TÍTULO

Na hipótese de vagas não preenchidas pelos processos seletivos, a Instituição poderá, mediante processo seletivo específico, aceitar a matrícula de portadores de diploma de curso de graduação, para a obtenção de novo título em curso de graduação preferencialmente de área compatível, nos termos da legislação em vigor.

3.2. MATRÍCULA POR TRANSFERÊNCIA

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9394/96), no artigo 49, prevê as transferências de alunos regulares, de uma para outra instituição de ensino, para cursos afins, na hipótese de existência de vagas e mediante processo seletivo. De acordo com as normas internas, a Instituição, no limite das vagas existentes e mediante processo seletivo, pode aceitar transferência de alunos, para prosseguimento dos estudos no mesmo curso ou em curso afim, ou seja, da mesma área do conhecimento, proveniente de cursos autorizados ou reconhecidos, mantidos por instituições de ensino superior, nacionais ou estrangeiras, com as necessárias adaptações curriculares, em cada caso.

Todas essas diretrizes valem para o curso e serão objeto de comunicação com o ingressante, pelo site institucional ou por comunicação direta.

4. OBJETIVOS DO CURSO

4.1. OBJETIVO GERAL

O objetivo geral do curso de Farmácia da Universidade Potiguar será: Formar farmacêuticos aptos a atuar de forma generalista, respeitando os princípios de cidadania, da ética e bioética. Detentor de adequada fundamentação teórica, como base para uma ação competente, que inclua o conhecimento profundo nas grandes áreas de atuação e em todos os níveis de atenção à saúde, capacitando-o para atuação profissional em Farmácia, tanto nos aspectos técnicos-científicos, quanto na formulação de políticas, e de se tornar agente transformador da realidade presente, na busca de melhoria da qualidade de vida; comprometido com os resultados de sua atuação, pautando sua conduta profissional por critérios humanísticos, bem como por referenciais éticos legais nos vários contextos de atuação; apto a atuar multi e interdisciplinarmente e prática em todos os níveis de atenção em saúde, adaptável à dinâmica do mercado de trabalho; preparado para desenvolver ideias inovadoras e ações estratégicas, capazes de ampliar e aperfeiçoar sua área de atuação.

4.2. OBJETIVO ESPECÍFICO

Além do objetivo geral acima descrito, o curso conta ainda com os seguintes objetivos específicos que compreendem competências e especializações definidas pelo Núcleo Docente Estruturante do curso para cada uma das unidades curriculares que compõem a matriz do curso, em alinhamento as normativas do curso. Esse conjunto de objetivos envolve:

- a) Formar profissionais qualificados para suprir a demanda regional na área de Farmácia;
- b) Formar profissionais capazes de aplicar métodos e técnicas de investigação na Farmácia, analisando dados e evidências científicas para a elaboração de trabalhos acadêmicos e científicos, desenvolvimento de produtos e solução de problemas no âmbito clínico, industrial e/ou comunitário;
- c) Desenvolver habilidades no estudante que permitam aplicar princípios de promoção de saúde e prevenção de doenças em níveis individual e coletivo, de

forma articulada ao contexto social, econômico, cultural, mental, espiritual e ambiental, baseados nos princípios da ética, profissionalismo, leis e regulamentações da saúde humana;

- d) Capacitar os alunos para atuação nas diferentes áreas de atuação farmacêutica, incluindo os fármacos e medicamentos, os cosméticos, os alimentos, os correlatos, os hemocomponentes e hemoderivados e as análises clínicas e toxicológicas, entre todas as áreas de interesse, de forma integrada a programas de promoção, manutenção, prevenção, proteção e recuperação da saúde em nível individual e coletivo, por meio de uma prática multiprofissional e interdisciplinar e de acordo com as políticas de saúde e legislações vigentes;
- e) Promover a melhoria da qualidade de vida, a partir das potencialidades na área da saúde existentes na região e da formação de profissionais farmacêuticos que contribuam com as condições de saúde e com o desenvolvimento socioeconômico;
- f) Contextualizar o discente às discussões étnico-raciais, de meio ambiente e de sustentabilidade, de direitos humanos e dos diferentes níveis de inclusão para desenvolvimento de um profissional íntegro e comprometido com seu papel na sociedade;
- g) Incentivar o cumprimento da ética e da cidadania, da comunicação e da liderança, para a atuação profissional do farmacêutico, de forma a contribuir para a manutenção da saúde, bem-estar e qualidade de vida da sociedade.

Os objetivos supracitados estão diretamente relacionados às competências do perfil do egresso do curso, descrito na seção a seguir, expressas a partir do que é requerido nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) **RESOLUÇÃO Nº 6, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017.**

5. PERFIL DO EGRESSO

Por perfil e competência profissional do egresso, entende-se:

Uma competência caracteriza-se por selecionar, organizar e mobilizar, na ação, diferentes recursos (como conhecimentos, saberes, processos cognitivos, afetos, habilidades, posturas) para o enfrentamento de uma situação-problema específica. Uma competência se desenvolverá na possibilidade de ampliação, integração e complementação desses recursos, considerando sua transversalidade em diferentes situações (BRASIL Inep, 2011, p. 22).

As definições de perfil do egresso/profissional atendem ao delineamento do Art. 3º das “Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Farmácia”: “O Curso de Graduação em Farmácia tem, como perfil do formando egresso/profissional, o Farmacêutico, profissional da área de Saúde, com formação centrada nos fármacos, nos medicamentos e na assistência farmacêutica, e, de forma integrada, com formação em análises clínicas e toxicológicas, em cosméticos e em alimentos, em prol do cuidado à saúde do indivíduo, da família e da comunidade”.

As competências do perfil profissional do egresso do curso são classificadas em:

Competências Gerais (competências selecionadas a partir das demandas do mercado de trabalho):

- Resolução de Problemas;
- Avaliação de riscos;
- Habilidade de comunicação verbal e não-verbal;
- Trabalho em equipe;
- Autodesenvolvimento;
- Cultura Digital;
- Autoconhecimento;
- Empatia.

Competências da Área (competências comuns a serem desenvolvidas nos estudantes da área de Ciências Biológicas e da Saúde):

- Atenção à saúde - Produzir ações de promoção, prevenção, proteção e reabilitação da saúde em todas as instâncias do sistema de saúde, em âmbito individual e coletivo dentro dos mais altos

padrões de qualidade, segurança do paciente e princípios da ética/bioética, com foco na resolução de problemas e não somente no ato técnico.

- Visão biológica integrada e humanizada - Compreender integralmente a formação e funcionamento dos organismos, visando a compreensão e manutenção da saúde nos âmbitos individual e coletivo sob a ótica biopsicossocial.
- Tomada de decisões – Fundamentar a tomada de decisão na, avaliação e sistematização do uso, da eficácia e do custo-efetividade da força de trabalho, de medicamentos, de equipamentos, de procedimentos e/ou de condutas baseado em evidências científicas.
- Comunicação ética em saúde – Utilizar a comunicação verbal, não-verbal, leitura e escrita interagindo interprofissionalmente e interpessoalmente, mantendo a confidencialidade das informações e o domínio de tecnologias de comunicação e informação.
- Liderança em saúde - Liderar equipes multiprofissionais, processos, serviços ou clientes/usuários/pacientes com responsabilidade, profissionalismo, empatia e compromisso, com habilidade para a tomada de decisões, comunicação e gerenciamento garantindo a efetividade e a qualidade dos resultados dos serviços prestados a pessoas e à comunidade.
- Gestão em saúde – Gerir força de trabalho, tempo, processos e recursos humanos, físicos, materiais e de informação na saúde em equipes profissionais e interprofissionais, empreendendo na saúde.
- Educação permanente - Aprender continuamente, tanto durante à formação quanto na prática profissional, de forma responsável e compromissada com a sua educação e das futuras gerações de profissionais, desenvolvendo a mobilidade acadêmico/profissional, a formação e a cooperação através de redes nacionais e internacionais.

Competências Específicas da Farmácia:

De acordo com as DCNs do Curso de Graduação em Farmácia, com o perfil do egresso e com a necessária articulação do entre conhecimentos, competências, habilidades e atitudes, o curso de Farmácia da Universidade Potiguar está estruturado nos seguintes eixos:

I - Cuidado em Saúde - Entende-se, como cuidado em saúde, o conjunto de ações e de serviços ofertados ao indivíduo, à família e à comunidade, realizando atividades de promoção, proteção e recuperação da saúde, além da prevenção de doenças.

II - Tecnologia e Inovação em Saúde: A execução do eixo Tecnologia e Inovação em Saúde requer competências que compreendam: 1. Pesquisar, desenvolver, inovar, produzir, controlar e garantir a qualidade de: a) fármacos, medicamentos e insumos; b) biofármacos, biomedicamentos, imunobiológicos, hemocomponentes, hemoderivados e outros produtos biotecnológicos e biológicos; c) reagentes químicos, bioquímicos e outros produtos para diagnóstico; d) alimentos, preparações parenterais e enterais, suplementos alimentares e dietéticos; e) cosméticos, saneantes e domissanitários; f) outros produtos relacionados à saúde.

III - Gestão em Saúde: A execução do eixo, Gestão em Saúde, requer as seguintes competências: 1. Identificar e registrar os problemas e as necessidades de saúde; 2. Elaborar, implementar, acompanhar e avaliar o plano de intervenção, processos e projetos; 3. Promover o desenvolvimento de pessoas e equipes no ambiente que se encontra.

O Curso de Graduação em Farmácia da Universidade Potiguar está alinhado com todo o processo de saúde-doença do indivíduo, da família e da comunidade; com a realidade epidemiológica, socioeconômica, cultural e profissional, proporcionando a integralidade das ações de Cuidado em Saúde, Tecnologia e Inovação em Saúde e Gestão em Saúde.

6. METODOLOGIAS DO ENSINO/APRENDIZAGEM

O currículo do Curso contempla novas ambientações e formas pedagógicas no processo de ensino-aprendizagem. Em termos didático-metodológicos de abordagem do conhecimento, isso significa a adoção de metodologias que permitem aos estudantes o exercício interdisciplinar permanente do pensamento crítico, da resolução de problemas, da criatividade e da inovação, articulado a um itinerário de formação flexível e personalizado.

No contexto da matriz curricular estão também previstos projetos ou trabalhos interdisciplinares, que abrangem atividades de diagnóstico e de propostas de intervenção que extrapole os limites da escola. As atividades pedagógicas proporcionam inclusive o alinhamento às necessidades e aos desejos dos estudantes, auxiliando-os na definição dos objetivos profissionais e pessoais que buscam alcançar, valorizando suas experiências e conhecimentos através de uma reformulação do seu papel como sujeitos da aprendizagem, com foco no desenvolvimento de sua autonomia.

A metodologia de ensino coloca ênfase nas metodologias ativas de aprendizagem¹ estimulando a participação do estudante nas atividades em grupo ou individuais, considerando-o como sujeito social, não sendo possível o trabalho sem a análise das questões históricas, sociais e culturais de sua formação. Nesse contexto, em uma abordagem interacionista, o estudante é visto como um ser ativo para conhecer, analisar, aprender e, por fim, desenvolver-se como autor de sua aprendizagem.

Didaticamente, com a adoção das metodologias ativas o curso conquista uma maior eficiência na atividade educativa, deslocando-se o papel do educador como um mediador que favorece, de forma ativa e motivadora, o aprendizado do estudante crítico-reflexivo.

As metodologias ativas contribuem para o desenvolvimento das competências e das habilidades necessárias ao egresso do curso, estimulando o pensamento crítico-reflexivo, o autoconhecimento e a autoaprendizagem. Para isso, estão no escopo o uso de diversas metodologias ativas, como a sala de aula invertida (*flipped*

¹ O papel positivo que exercem nas formas de desenvolver o processo de aprender tem sido o maior impulsionador de sua proliferação nos ambientes educacionais e o motivo central que levou a IES à sua incorporação.

classroom), a instrução por pares (*peer instruction*), o PBL (*project based learning e problem based learning*), o *storytelling*, dentre outras de acordo com as especificidades do curso e das Unidades Curriculares, havendo inclusive capacitações e programas de treinamento para os educadores.

Em suma, a abordagem didático-metodológica, no conjunto das atividades acadêmicas do curso, favorece o aprimoramento da capacidade crítica dos estudantes, do pensar e do agir com autonomia, além de estimular o desenvolvimento de competências e habilidades profissionais em um processo permanente e dinâmico, estabelecendo a necessária conexão reflexiva sobre si e sobre a realidade circundante, em específico com temas contemporâneos, como ética, sustentabilidade e diversidade cultural, étnico-racial e de gênero.

Estão inclusas dentro dessas metodologias, o ensino híbrido (*blended learning*), abordagem metodológica na qual estudantes e educadores desenvolvem interações tanto no ambiente presencial como no ambiente online. Assim, as atividades presenciais são complementadas pelas atividades *online* e vice-versa, e os objetivos são alcançados com a interação efetiva entre as duas formas de ensino. Essa modalidade permite maior flexibilidade, interação e colaboração entre os estudantes, maior acessibilidade e interatividade na disponibilização de conteúdos. Com a constante evolução das tecnologias digitais, as atividades *online* envolvem tanto momentos síncronos - que são gravados para que o aluno se aproprie das discussões quantas vezes quiser e no momento que lhe for mais apropriado - quanto assíncronos, além de utilizarem recursos tecnológicos que dão dinamismo às aulas e atividades.

A instituição tem a inovação como um de seus pilares e a entende como um processo contínuo e de construção coletiva que se concretiza em um currículo vivo e em movimento que, com o apoio das tecnologias, busca integrar as experiências da formação profissional àquelas oriundas da relação com o mundo fora da escola.

Sendo assim, no currículo do curso, a hibridez é entendida como uma forma de traduzir um importante princípio do seu currículo que é a integração. Nos currículos integrados às Unidades Curriculares, provocam um movimento de cooperação profissional e de integração de pessoas e saberes, que refletem nas diferentes comunidades de aprendizagem, frequentadas pelos estudantes durante o seu

percurso formativo, aproximando a experiência acadêmica da realidade social e profissional.

Como recursos de ensino-aprendizagem são utilizadas as salas de aula virtual do Ulife, um dos muitos ambientes do ciberespaço e pode ser utilizada como ferramenta para aulas síncronas e assíncronas das Unidades Curriculares Digitais, cursos e projetos de extensão, realização e eventos, *workshops*, dentre outras. Nela, os objetos físicos dão lugar aos recursos educacionais digitais. Temos, ainda, a sala de aula invertida, ou *flipped classroom*, onde os alunos estudam previamente o material organizado e indicado pelo educador no ambiente digital virtual para dar continuidade a aprendizagem em ambiente físico, onde nesse momento o educador orienta, esclarece dúvidas e propõe atividades e debates acerca do tema estudado.

Como ferramenta de desenvolvimento da metodologia de ensino híbrido, o Ulife é o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), ou *Learning Management System* (LMS), desenvolvido pelo grupo Ânima Educação, que propicia ao aluno acessibilidade aos materiais didáticos por todos e a qualquer momento, bem como mobilidade através de smartphones, computadores, dentre outras formas, possibilitando interações e trocas entre estudantes e educadores, permitindo retorno por meio de ferramentas textuais e audiovisuais, além do incentivo a pesquisa e produção de conhecimento.

É premissa do Ulife ser uma ferramenta em constante evolução, que já conta com vários e importantes recursos para a vida estudantil, como o Portal de Vagas, em que o estudante encontra oportunidades de estágio e emprego em diversas áreas. O portal disponibiliza trilhas de conteúdo, artigos e atividades elaboradas especificamente para o desenvolvimento profissional. Consultores online de carreira auxiliam na preparação dos estudantes para o mundo do trabalho, ao passo que uma área para a gestão de estágios acelera os processos necessários para a formalização dos contratos.

O Ulife é uma plataforma de ensino-aprendizagem, de acompanhamento da vida acadêmica e de planejamento da carreira profissional, que auxilia o estudante no decorrer de todo o seu percurso formativo, bem como na sua preparação para o mundo do trabalho.

7. ESTRUTURA CURRICULAR

Para a elaboração dos conteúdos curriculares foram analisados diversos fundamentos teóricos, em que se considerou a preparação curricular e a análise da realidade operada com referenciais específicos. Os currículos integrados têm a Unidade Curricular (UC) como componente fundamental, organizadas em 4 eixos: **Formação Geral, Formação na Área, Formação Profissional e Formação Específica**, que se integram e se complementam, criando ambientes de aprendizagem que reúnem os estudantes sob variadas formas, conforme detalhado no percurso formativo do estudante. A partir da estruturação das **Unidades Curriculares**, são formadas “**comunidades de aprendizagens**”, cujos agrupamentos de estudantes se diversificam.

A flexibilidade do Currículo Integrado por Competências permite ao estudante transitar por diferentes comunidades de aprendizagem alinhadas aos seus respectivos eixos de formação. O percurso formativo é flexível, fluído, e ao final de cada unidade curricular o aluno atinge as competências de acordo com as metas de compreensão estudadas e vivenciadas ao longo do semestre.

Figura 1 – Comunidades de aprendizagem e diversidade de ambientes





Assim, durante o seu percurso formativo, o estudante desenvolve, de forma flexível e personalizada, conforme perfil do egresso, as competências, conhecimentos, habilidades e atitudes de trabalho em equipe, resolução de problemas, busca de informação, visão integrada e humanizada.

O itinerário é flexível, visto que as atividades extensionistas e as complementares de graduação possibilitam diferentes escolhas, assim como as outras atividades promovidas pela instituição. A organização do currículo, contempla os conteúdos previstos nas Diretrizes Curriculares Nacionais, e inclui, a articulação entre competências técnicas e socioemocionais, sendo este um dos grandes diferenciais do curso.

7.1. MATRIZ CURRICULAR

Curso: Bacharelado em Farmácia			
Carga Horária Total: 4.000			
Tempo de Integralização (em semestres)		Semestres:	Minimo 9 Máximo 15
	9		
Tipo	Denominação	Total CH	
Unidade Curricular	Biosistemas do corpo humano	160	h
Unidade Curricular	Processos biológicos	160	h
Vida & Carreira	Vida & Carreira	60	h
Tipo	Denominação	Total CH	
Unidade Curricular	Mecanismos de agressão e defesa	160	h
Unidade Curricular	Saúde única	160	h
Tipo	Denominação	Total CH	
Unidade Curricular	Química dos produtos naturais	160	h
Unidade Curricular	Farmacologia da terapêutica	160	h
Estágio	Estágio curricular supervisionado I	80	h
Tipo	Denominação	Total CH	
Unidade Curricular	Análises histológicas e imuno-hematológicas	160	h
Unidade Curricular	Análises metabólicas e perfusionais	160	h
Estágio	Estágio curricular supervisionado II	120	h
Tipo	Denominação	Total CH	
Unidade Curricular	Tecnologia, inovação e qualidade de medicamentos	160	h
Unidade Curricular	Core curriculum	160	h
Estágio	Estágio curricular supervisionado III	120	h
Tipo	Denominação	Total CH	
Unidade Curricular	Estrutura e dinâmica dos fármacos	160	h
Unidade Curricular	Tecnologia e análises de alimentos	160	h
Estágio	Estágio curricular supervisionado IV	80	h
Tipo	Denominação	Total CH	
Unidade Curricular	Análises químicas e toxicológicas	220	h
Unidade Curricular	Desenvolvimento de medicamentos e cosméticos	160	h
Estágio	Estágio curricular supervisionado V	80	h
Tipo	Denominação	Total CH	
Unidade Curricular	Farmacoterapia no serviço farmacêutico	40	h
Unidade Curricular	Gestão de serviços farmacêuticos	160	h
Estágio	Estágio curricular supervisionado VI	80	h
Tipo	Denominação	Total CH	
Estágio	Estágio curricular supervisionado VII	240	h
TCC	Trabalho de conclusão de curso	60	h

RESUMO DOS COMPONENTES CURRICULARES	CH EAD	CH PRES	Total CH
UNIDADES CURRICULARES	1280	1280	2.560
VIDA & CARREIRA	60	0	60
ESTÁGIO	0	800	800
EXTENSÃO	200	200	400
ATIVIDADES COMPLEMENTARES		120	120
TCC	60		60
CH TOTAL			4000
CH TOTAL PRESENCIAL			2400
CH TOTAL EAD			1600

7.2. COMPATIBILIDADE DA CARGA HORÁRIA TOTAL (EM HORAS-RELÓGIO)

A Resolução nº 3, de 2 de julho de 2007, dispõe sobre procedimentos a serem adotados, pelas instituições, quanto ao conceito de hora-aula e as respectivas normas de carga horária mínima para todas as modalidades de cursos – bacharelados, licenciaturas, tecnologia e sequenciais. Estabelece que a hora-aula decorre de necessidades de organização acadêmica das Instituições de Ensino Superior, sendo sua organização uma atribuição das Instituições, desde que feitas sem prejuízo ao cumprimento das respectivas cargas horárias totais dos cursos. Enfatiza, ainda, que cabe a instituição a definição da duração das atividades acadêmicas ou do trabalho discente efetivo que compreendem aulas expositivas, atividades práticas supervisionadas e pesquisa ativa pelo estudante, respeitando o mínimo dos duzentos dias letivos de trabalho acadêmico efetivo.

Além de regulamentar a necessidade de a carga horária mínima dos cursos ser medida em horas (60min) **de atividade acadêmica e de trabalho discente efetivo**, cabendo as instituições a realização dos ajustes necessários e efetivação de tais definições em seus projetos pedagógicos, seguindo com a Convenção Coletiva de Trabalho- CLT local para o cálculo do pagamento da hora-aula docente.

Art. 1º A hora-aula decorre de necessidades de organização acadêmica das Instituições de Educação Superior.

§ 1º Além do que determina o caput, a hora-aula está referenciada às questões de natureza trabalhista.

§ 2º A definição quantitativa em minutos do que consiste em hora-aula é uma atribuição das Instituições de Educação Superior, desde que feita sem prejuízo ao cumprimento das respectivas cargas horárias totais dos cursos.

Art. 2º Cabe às Instituições de Educação Superior, respeitado o mínimo dos duzentos dias letivos de trabalho acadêmico efetivo, a definição da duração da atividade acadêmica ou do trabalho discente efetivo que compreenderá:

I – preleções e aulas expositivas;

II – atividades práticas supervisionadas, tais como laboratórios, atividades em biblioteca, iniciação científica, trabalhos individuais e em grupo, práticas de ensino e outras atividades no caso das licenciaturas.

Art. 3º A carga horária mínima dos cursos superiores é mensurada em horas (60 minutos), de atividades acadêmicas e de trabalho discente efetivo. (Resolução nº3, de 2 de julho de 2007)

Assim, amparada legalmente pela Resolução nº 3, de 2 de julho de 2007 as **Unidades Curriculares** incentivam a pesquisa por meio da **busca ativa** como forma de garantir **o trabalho discente efetivo, por meio de atividades de pesquisas supervisionadas.**

Para isso, **conforme resolução institucional**, a hora-aula dos cursos presenciais compreende o total de 60 minutos, assim entendida:

- I. **50 Minutos:** para exposição de conteúdos e atividades que envolvem o processo de ensino aprendizagem;
- II. **10 Minutos:** para o exercício das atividades acadêmicas discente, denominadas como **busca ativa**. Sempre orientadas, acompanhadas e avaliadas pelos docentes das Unidades Curriculares, em consonância com as normativas de cada curso e com apoio das tecnologias digitais, principalmente para hospedar os materiais elaborados e curados pelos professores e que devem ser previamente estudados pelos alunos seguindo o conceito de sala de aula invertida.

Tendo em vista a premissa de que a pesquisa é imprescindível para o ensino, todas **Unidades Curriculares são complementadas com carga horária de busca ativa**, correspondendo à diferença entre 50min e 60min. Excluindo-se desta prática a carga horária de Atividades Complementares, das UCs ministradas na modalidade a distância, caso haja, e de Estágio Supervisionado, quando ofertado pelo curso, pois já são contabilizadas como horas relógio.

7.3. BUSCA ATIVA

A prática pedagógica denominada “**busca ativa**” consiste em uma metodologia ativa de ensino-aprendizagem na qual se busca o desenvolvimento de competências, conhecimentos, habilidades e atitudes por meio de ações dos estudantes, **orientadas e supervisionadas pelos educadores das respectivas Unidades Curriculares**, com a finalidade de ampliar e problematizar a abordagem dos temas ministrados nos diversos ambientes de aprendizagem, trazendo à discussão novos elementos, promovendo uma reflexão crítica, ética e responsável sobre o tema e sobre o seu impacto na realidade de cada estudante e as possíveis respostas aos problemas da atualidade.

O estudante não é visto como um sujeito passivo, que apenas recebe informações e conhecimentos, mas sim como um **sujeito ativo**, incentivado a buscar outros pontos de vista e gerar suas significações, contribuindo para a ampliação e aprofundamento dos conhecimentos construídos nas aulas.

Na prática, a busca ativa se concretiza por meio da pesquisa orientada em diversos tipos de formatos e linguagens, considerando a personalização do ensino, as individualidades dos estudantes e seus interesses, além da promoção da compreensão e da apropriação de linguagens, signos e códigos da área.

Com a busca ativa pretende-se despertar o interesse do estudante em relação aos temas propostos pelos educadores nas Unidades Curriculares, tornando-os mais independentes na busca do conhecimento, o que contribui inclusive com seu desenvolvimento profissional. Ao se tornar um hábito, a busca ativa perpetua o aprimoramento das competências, através da capacidade de seleção e identificação da relevância de um certo conteúdo a ser trabalhado.

Cabe aos educadores de cada Unidade Curricular propor as atividades acadêmicas relacionadas à busca ativa nos seus planos de aula, informando as diferentes possibilidades para o cumprimento da carga horária estabelecida para o curso e para a Unidade Curricular, com acompanhamento efetivo para fins de acompanhamento e avaliação.

Em consonância com a legislação supra, os projetos dos cursos fomentam a pesquisa

como metodologia de ensino- aprendizagem, por meio da **Busca Ativa** que engaja os estudantes na construção de suas aprendizagens, pelo trabalho de curadoria educacional, **orientada por projetos** cujos princípios norteadores são a pesquisa e a investigação ativa, além de fomentar a utilização dos recursos da plataforma Ulife (o ambiente virtual de aprendizagem da IES) em todas as suas funcionalidades.

Para a curadoria da Busca Ativa, o educador é o especialista na área de conhecimento da unidade curricular e conhece o planejamento em todos os seus pontos de articulação. Dessa forma, no desenvolvimento das aulas, realiza as conexões entre os tópicos e os recursos educacionais, provocando os estudantes a avançarem. Ao criar uma nova aula, o docente define os conceitos centrais, os objetivos de aprendizagem, as metodologias adotadas e o plano de avaliação ou sequência didática. Sendo possível, inclusive, definir e cadastrar as tarefas que os estudantes terão que desenvolver para acompanhar as aulas.

Os conteúdos da Busca Ativa são inseridos no Ulife, o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) institucional que visa à mediação tecnológica do processo de ensino-aprendizagem nos cursos.

7.4. ESTÁGIO SUPERVISIONADO

O estágio é um ato educativo que oportuniza a preparação profissional por meio da vivência na área do curso em consonância com os conhecimentos adquiridos. É nele que o estudante poderá explorar seu potencial, desenvolver capacidades e competências importantes para sua formação profissional e aplicar seus conhecimentos na prática.

O estágio supervisionado foi instituído pela Lei Nº 6.494/1977, atualmente é regulamentado pela Lei Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, respeitadas as normas editadas pelo Conselho Nacional de Educação e Conselhos de Profissão e, ainda, atendendo as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso.

Conforme legislação supra, o estágio poderá ocorrer em duas modalidades: obrigatório ou não-obrigatório, conforme determinação dos documentos normativos que regem o curso, cuja distinção é apresentada a seguir:

- **Estágio supervisionado obrigatório** é aquele presente como componente curricular obrigatório na matriz curricular do curso e cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção do diploma; e
- **Estágio supervisionado não-obrigatório** é aquele desenvolvido como atividade opcional e, por isso, não está presente na matriz curricular, não sendo um requisito para aprovação e obtenção do diploma. Deve, obrigatoriamente, compatibilizar-se com o horário escolar, não prejudicando as atividades acadêmicas do estudante conforme determina a Lei de Estágio.

As atividades do estágio supervisionado – obrigatório e não-obrigatório – devem estar necessariamente ligadas às competências do perfil do egresso do curso.

A matriz curricular do curso contempla o estágio supervisionado como atividade obrigatória a ser cumprida, em função das exigências decorrentes da própria natureza da habilitação ou qualificação profissional. O deferimento da matrícula na UC de Estágio Supervisionado será formalizado por meio da assinatura do Termo de Compromisso de Estágio e do Termo de Convênio pelos representantes legais da Instituição de Ensino.

O Estágio é um componente acadêmico determinante da formação profissional, uma vez que representa a principal oportunidade para o discente ampliar, na prática, o que foi estudado, permitindo a integração das unidades curriculares que compõem o currículo acadêmico, dando-lhes unidade estrutural e testando-lhes o nível de consistência e grau de entrosamento. Propicia o desenvolvimento da postura profissional e preparar os futuros egressos para novos desafios, facilitando a compreensão da profissão e aprimorando habilidades atitudinais relativas aos valores morais e éticos.

Compete ao professor supervisor de estágio acompanhar o cumprimento mínimo das horas de atividades relacionadas ao currículo, bem como avaliar todo o seu desenvolvimento, realizando a supervisão da produção de registros reflexivos e de outras avaliações periódicas das etapas, que culminam na apresentação de um relatório final de estágio.

O acompanhamento às unidades concedentes será organizado pelo responsável pelos estágios da IES. A unidade concedente será responsável em indicar um supervisor de estágio, sendo ele um funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário. O aluno deverá realizar a apresentação periódica de relatório de atividades, em prazo não superior a seis meses. O relatório deverá ser entregue na instituição de ensino ao responsável pelo estágio, assinado pelo supervisor da unidade concedente e pelo aluno.

A avaliação do estágio será realizada pelo orientador, levando em consideração: avaliação do Supervisor de Estágio; orientações realizadas; nota do Relatório Final.

7.5. TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO

O Trabalho de Conclusão de Curso, na forma definida nas Diretrizes Nacionais Curriculares e no Projeto Pedagógico do Curso, é um momento de síntese e expressão da totalidade da formação profissional. É o trabalho no qual o aluno sistematiza o conhecimento resultante de um processo investigativo, originário de uma indagação teórica, gerada a partir da prática do estágio ou dos trabalhos de investigação elaborados no decorrer do curso. Este processo de sistematização deve apresentar os elementos do trabalho profissional em seus aspectos teóricos, metodológicos e operativos, dentro dos padrões acadêmicos exigidos. O trabalho de conclusão de curso é regulamentado por resolução aprovada pelo Conselho Superior desta Instituição de ensino.

O TCC é uma atividade obrigatória do curso com uma carga horária de 60 horas e visa fortalecer as áreas de referência do curso, consistindo em uma atividade pertencente a um projeto relacionado às áreas de concentração do curso, previamente definido pelo NDE e aprovado pelo Colegiado de Curso.

O aluno terá um prazo de, no máximo, 15 dias para a entrega da versão corrigida do TCC, juntamente com cópia eletrônica, já com as alterações sugeridas pela banca examinadora, deverão ser entregues aos respectivos orientadores para conferência e aval de validação da nota.

7.6. ATIVIDADES COMPLEMENTARES DA GRADUAÇÃO (ACGS)

As atividades complementares são práticas acadêmicas obrigatórias de múltiplos formatos, com o objetivo de complementar a formação do aluno, ampliar o seu conhecimento teórico-prático com atividades extraclasse, fomentar a prática de trabalho entre grupos e a interdisciplinaridade, estimular as atividades de caráter solidário e incentivar a tomada de iniciativa e o espírito empreendedor dos alunos. Essas atividades poderão ser realizadas dentro ou fora da Instituição, desde que reconhecidas e aprovadas pela IES como úteis à formação do aluno. Essas práticas se distinguem das unidades curriculares que compõem o currículo pleno de cada curso.

O aluno do curso de Farmácia deverá contabilizar 120 horas de atividades complementares. O modelo pedagógico Institucional prevê a categorização das atividades complementares, levando-se em consideração agrupamentos de ações similares que promovam a experiência a ser reconhecida, a título norteador, quais sejam: experiências de ensino e aprendizagem; experiências de pesquisa e produção científica; experiências culturais e desportivas; experiências administrativas e de representação estudantil; experiências de inovação tecnológica; experiências internacionais e experiências no mundo do trabalho.

As atividades complementares serão ofertadas de acordo com as diretrizes para esse curso, e algumas atividades serão oferecidas pela instituição para a formação complementar do aluno, com o objetivo de ampliar seu conhecimento teórico-prático, relacionadas ao desenvolvimento de determinadas competências aliadas ao currículo do curso.

7.7. EMENTÁRIO

BIBLIOGRAFIA - CORE CURRICULUM

ÉTICA E LÓGICA

Tipos e possibilidades do conhecimento; Produção de respostas a partir das dúvidas - do mito ao logos; Conhecimento e Ética; Noções de lógica matemática; Uso do raciocínio matemático na organização social; Quantificadores e conectivos; Implicações, negações e equivalências; Tabelas tautológicas; Modelos éticos e lógicos em uma perspectiva histórica; Contribuição da lógica para o debate ético e

para a análise de problemas; Solução de problemas contemporâneos em situações complexas e em momentos de crise.

CULTURA E ARTES

Conceitos de cultura e arte; Inter-relações entre sociedade, cultura e arte; Identidades culturais; Cultura e relações interpessoais; Cultura e arte sob a perspectiva da ideologia; Cultura, arte, política e direitos humanos; Cidadania cultural; Paradigma da diversidade cultural; Inclusão pela cultura e para a cultura; Cultura e arte no tempo histórico; Cultura e território; Dimensões sustentáveis da cultura; Culturas brasileiras; Cultura e arte sob a perspectiva das relações étnico-raciais; Expressões e manifestações culturais e artísticas; Indústria cultural; Ética e estética; Relações entre gosto e saber; Feio versus bonito; beleza; Radicalidade e transgressão; As linguagens da arte na realização cotidiana; O ser artístico e o ser artista; Criação, produção, circulação e fruição das artes; Arte e sustentabilidade; Inclusão pela arte; Cultura, arte e pensamento complexo; Cultura e arte na construção do ethos profissional; Vivências culturais; Vivências artísticas.

MEIO AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE E ANÁLISE SOCIAL

Construção de uma visão macro de questões sociais, políticas, econômicas, culturais, e sua relação com o desenvolvimento humano e o equilíbrio ambiental. Tecnologia, inovação, educação ambiental, ética socioambiental, novas formas de consolidação dos direitos humanos, diversidade étnico racial, questões de gênero, processos de exclusão e inclusão social, pactos para o desenvolvimento sustentável. Criação de uma nova perspectiva destas relações e para a adoção de novas posturas individuais e coletivas voltadas à construção de uma sociedade mais justa e sustentável.

INGLÊS INSTRUMENTAL E PENSAMENTO DIGITAL

Vivemos diversas revoluções simultâneas: Cognitiva, Científica, Industrial e Tecnológica. Nesse cenário, a língua inglesa se mostra como uma importante ferramenta de apoio e meio de acesso a esses múltiplos saberes que envolvem o pensamento digital. O Core Curriculum de Inglês Instrumental e Pensamento Digital abordará estratégias e técnicas de leitura e interpretação de textos em inglês para analisar e discutir sistemas digitais de informação e comunicação. Serão abordados temas como: Inteligência Artificial, Pensamento digital e Análise de Dados; Sociedade digital; A revolução tecnológica; Indústria 4.0; Internet das Coisas, com vistas ao desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita na língua inglesa.

LÍNGUA PORTUGUESA E LIBRAS

Língua Portuguesa e Língua Brasileira de Sinais: fundamentos, metodologias e tecnologias para comunicação. Diversidade dos gêneros textuais e literários. Concepções e estratégias de leitura e escrita. História dos direitos humanos; cidadania e democracia. Inclusão social e escolar; multiculturalismo, multiculturalidade, diversidades: étnico-racial, sexualidade e gênero. Políticas públicas de inclusão e suas bases legais específicas: PNE e BNCC. A argumentação nos textos orais e escritos. Libras como facilitador da inclusão. Libras: módulo básico, particularidades e práticas.

SAÚDE INTEGRAL E AMPLIAÇÃO DA CONSCIÊNCIA

Concepções de saúde e de saúde integral: práticas integrativas e complementares, alimentação saudável, saúde do sono, saúde mental e atividade física. Relação entre doenças crônicas não transmissíveis e estilo de vida. Políticas de promoção à

saúde. Determinantes sociais em saúde. Anatomia e fisiologia básica do sistema nervoso central e conexões com o comportamento humano e as emoções. Abordagem multissistêmica, fisiológica e o gerenciamento do estresse: Modelagem do comportamento humano. Mindfulness. Emoção, assinaturas emocionais, sentimentos e razão. Bem-estar e qualidade de vida: estratégias individuais e coletivas. Consciência e atenção plena: autoconsciência e competências autorregulatórias. Neurociência e neuropsicologia das emoções. Competências socioemocionais, relacionamentos interpessoais e comunicação não violenta. Transcendência humana: atitude mental positiva e fluida. Hierarquia e competências socioemocionais e suas relações com tomada de decisões. Consciência de sujeitos, profissionais e cidadãos. Responsabilidade social e ambiental. Direitos humanos, diversidade, igualdade e justiça social. Paz positiva e cultura de paz.

BIBLIOGRAFIA - FARMÁCIA

Biossistemas do corpo humano

Embriologia e desenvolvimento humano. Aspectos morfológicos do desenvolvimento. Aspectos funcionais do desenvolvimento. Análise morfofuncional dos sistemas corporais. Processos de controle homeostático. Circulação. Respiração. Digestão. Secreção. Reprodução. Regulação e controle dos fenômenos físico-químicos. Regulação e controle das funções vitais. Características histológicas dos tecidos epiteliais. Características histológicas dos tecidos conjuntivos. Características histológicas dos tecidos muscular e nervoso. Relação das estruturas, órgãos e sistemas com distúrbios observados no corpo humano.

Processos biológicos

Origem, estrutura, função e evolução das células. Membranas, citoplasma, organelas e estruturas subcelulares. Organização estrutural e funcional de procariontes e eucariontes, tipos celulares com ênfase na especificidade e caracterização funcional. Propriedades físico-químicas da água, ácidos, bases, pH e tampões fisiológicos. Estrutura e organização do genoma, estrutura do núcleo e dos ácidos nucleicos (DNA e RNA). Transmissão das informações genéticas. Replicação, transcrição e tradução e a importância biológica das mutações. Hereditariedade, genética mendeliana e padrões de herança. Anomalias cromossômicas. Ciclo celular e apoptose. Caracterização bioquímica, estrutural e funcional dos aminoácidos, proteínas, carboidratos e lipídios. Rotas bioquímicas catabólicas e anabólicas que envolvem carboidratos, lipídios e proteínas no estado de jejum e alimentado. Bioenergética e termodinâmica das vias bioquímicas. Integração das rotas metabólicas.

Vida & Carreira

Identidade e autoconhecimento. Competências socioemocionais. Equilíbrio e dimensões da vida. Valores e talentos. Projeto de Vida e Carreira. Autogestão da carreira. Resolução de problemas. Responsabilidade Social Global. Ética. Cidadania. Diversidade Cultural. Tendências do mundo do trabalho. Auto avaliação. Metacognição. Projeto de Engajamento Social.

Mecanismos de agressão e defesa

Caracterização da morfologia e aspectos patogênicos associados aos agentes agressores (vírus, fungos, bactérias, parasitas). Mecanismos de virulência de agentes biológicos. Participação de agentes biológicos no processo infeccioso. Relações entre infecção e inflamação. Caracterização da resposta imune humana. Relações entre os mecanismos de agressão e defesa. Biossegurança e profilaxia. Resistência bacteriana e imunoprofilaxia

Saúde única

Interface entre saúde humana, animal e ambiental. Saúde, saúde única e qualidade de vida. Ética/bioética aplicada à saúde única. Instrumentos epidemiológicos e estatísticos de diagnóstico de saúde coletiva. Lógica estrutural dos estudos epidemiológicos. Vigilância e transição epidemiológica. Territorialização e área de abrangência. Indicadores de saúde da população. Políticas públicas de saúde. Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil. Evolução histórica da saúde coletiva no Brasil. Princípios e diretrizes do SUS. Lei 8080. Reforma Sanitária. Processos de saúde e doença no âmbito do SUS. Poluição e mudanças climáticas. Impactos de mudanças ambientais na saúde humana e animal. Saúde e desastres ambientais. Gestão de resíduos e impactos na saúde: da classificação à educação continuada. Logística reversa. Pegada ecológica. Desenvolvimento econômico e social

Química dos produtos naturais

Estudo da farmacognosia e a política de fitoterápicos. Legislação de plantas medicinais e fitoterápicos e práticas integrativas e complementares do SUS aplicadas a produtos naturais. Métodos de extração, caracterização química das funções orgânicas, quantificação de princípios ativos em drogas vegetais, biossíntese e identificação das classes dos compostos secundários de interesse farmacêutico (terpenoides, fenilpropanoides e óleos essenciais; flavonoides; taninos; quinonas; cumarinas; ligninas; alcaloides). Métodos de cultura, colheita e conservação de plantas medicinais e fatores interferentes no teor dos princípios ativos. Fundamentação sobre o conhecimento químico, farmacológico e toxicológico de espécies vegetais de uso terapêutico, por meio do estudo das diferentes classes de princípios ativos presentes nos vegetais. Controle de qualidade de matérias-primas, medicamentos fitoterápicos e derivados vegetais, utilizando técnicas de ultra-violeta e cromatografia em camada delgada. Biodiversidade e desenvolvimento de fármacos e medicamentos fitoterápicos. Produtos naturais, meio ambiente e sustentabilidade.

Farmacologia da terapêutica

Estudo das principais classes farmacológicas, mecanismo de ação, indicações, contraindicações, reações adversas a medicamentos, interações medicamentosas e aplicações clínicas. Fisiopatologia e farmacologia do Sistema Nervoso Autônomo, dos transtornos psiquiátricos (ansiolíticos, hipnóticos, antidepressivos e antipsicóticos), da epilepsia, das doenças cardiovasculares (hipertensão arterial sistêmica, insuficiência cardíaca, arritmias e anticoagulação), dos distúrbios gástricos (gastrite e refluxo), dos distúrbios respiratórios (rinite asma e doença pulmonar obstrutiva crônica), dos distúrbios metabólicos e endócrinos (diabetes, dislipidemia e contracepção), da dor e inflamação e dos antimicrobianos. Promoção do uso racional de medicamentos. Acesso aos medicamentos como direito humano.

Estágio curricular supervisionado I

Legislações farmacêuticas e Código de Ética para a atuação do farmacêutico em atividades relacionadas aos serviços de dispensação e promoção a saúde. Política nacional de medicamentos. Medicamentos de referência, genéricos e similares.

Assistência Farmacêutica. Atenção farmacêutica. Educação em Saúde. Farmácia Clínica. Deontologia farmacêutica.

Análises histológicas e imuno-hematológicas

Histologia e histopatologia humana. Fundamentos da hematologia clínica e laboratorial; Fisiologia e fisiopatologia das células tronco; Anemias, doenças leucocitárias, hemorrágicas e trombose; Hemostasia e coagulação; Citologia hematológica; Classificação morfológica das leucemias; Parâmetros sorológicos, reação antígenos-anticorpos e Imunodiagnóstico das principais infecções humanas e doenças autoimunes. Conceitos de sensibilidade, especificidade, VPP, VPN, ponto de corte, efeito prozona e zona de equivalência. Coleta e preparo de amostras biológicas. Principais fármacos que interferem nos exames imuno-hematológicos. Metodologias utilizadas para diagnóstico das alterações imuno-hematológicas. Infraestrutura e insumos necessários em um banco de sangue. Controle de qualidade de hemocomponentes e hemoderivados. Testes pré-transfusionais e serviços de hemoterapia. Pesquisa e desenvolvimento de metodologias diagnósticas.

Análises metabólicas e perfusionais

Estudos das bases estruturais, moleculares e celulares dos processos fisiológicos e patológicos do metabolismo; processos bioquímicos; procedimentos pré-analíticos, analíticos e pós-analíticos em bioquímica clínica. Parâmetros de bioquímica clínica, englobando as vertentes analítica e interpretativa. Processos biológicos e patológicos com foco na avaliação laboratorial do equilíbrio hidroeletrólítico e ácido-base; avaliação funcional pancreático, hepático, cardíaco e renal; avaliação hormonal; avaliação tumoral. Ferro e porfirinas. Espermograma e urina rotina; Protocolos e tipos de circulação extracorpórea. Avaliação e interpretação de parâmetros perfusionais, Gasometria venosa/arterial, parâmetros de exames durante a CEC e alterações laboratoriais.

Estágio curricular supervisionado II

Legislações farmacêuticas e Código de Ética para a atuação do farmacêutico em atividades do farmacêutico. Análises clínicas, toxicológicas, genéticas e toxicológicas. Banco de Sangue. Deontologia farmacêutica.

Tecnologia, inovação e qualidade de medicamentos

Aspectos gerais da tecnologia farmacêutica aplicados às atividades desenvolvidas na indústria. Processos industriais para a produção de formas farmacêuticas sólidas e estéreis. Escalonamento industrial para as formas farmacêuticas sólidas, líquidas, semi sólidas e estéreis. Controle de qualidade físico-químico e microbiológico de insumos e medicamentos. Materiais de embalagens para medicamentos sólidos e estéreis. Sistema de obtenção de purificação de água e validação. Validação de processos e de limpeza. Validação de métodos analíticos e microbiológicos. Formas farmacêuticas de liberação, retardada, prolongada e controlada. Avaliação da estabilidade de medicamentos. Biossegurança. Novas formas farmacêuticas e novos sistemas de liberação de fármacos. Biofármacos e biossimilares. Estudo das exigências de Boas Práticas de Fabricação (BPF) e certificações requeridas para a indústria farmacêutica.

Estágio curricular supervisionado III

Legislações farmacêuticas e Código de Ética para a atuação do farmacêutico em atividades do farmacêutico. Análises clínicas, toxicológicas, genéticas e toxicológicas. Banco de Sangue. Deontologia farmacêutica.

Estrutura e dinâmica dos fármacos

Absorção, distribuição, metabolismo e eliminação. Vias de administração de fármacos, formas farmacêuticas e sua relação com a absorção e a biodisponibilidade. Modelos farmacocinéticos compartimentais: modelos mono-compartimental, bicompartimental e multicompartmental. Propriedades físico-químicas dos fármacos (coeficiente de partição e grau de ionização). Reações do metabolismo dos fármacos (oxidação, redução, hidrólise), seus mecanismos e diferenças na reatividade. Fármacos estruturalmente específicos e inespecíficos. Mecanismos de ação dos fármacos. Potência, eficácia, afinidade e atividade intrínseca. Tipos de interações intermoleculares envolvidas no reconhecimento molecular de fármacos. Propriedades estereoquímicas e conformacionais envolvidas no reconhecimento molecular de fármacos. Conceito de alvos moleculares da ação dos fármacos e tipos (membrana celular; carboidratos, ácidos nucléicos e proteínas de transporte, proteínas estruturais, enzimas e receptores). Fármacos que atuam em enzimas: antirretrovirais. Fármacos que atuam em receptores: adrenérgicos e antiadrenérgicos; colinérgicos e anticolinérgicos. Fármacos que atuam em ácidos nucleicos: antitumorais. Principais fontes usadas na descoberta de novos fármacos (fármacos descobertos a partir de fontes naturais; fármacos descobertos ao acaso; triagem empírica, me too e me better; reposicionamento de fármacos, planejamento racional de fármacos). Principais estratégias de modificação molecular empregadas no desenvolvimento de fármacos (bioisosterismo, latenciação de fármacos, simplificação molecular, diminuição do grau de liberdade conformacional). Acesso da população aos medicamentos.

Tecnologia e análises de alimentos

Legislação sanitária e controle higiênico-sanitário de alimentos. Investigação epidemiológica de surtos de doenças de origem alimentar. Análises físico-química e microbiológica dos alimentos. Composição centesimal dos alimentos. Constituintes dos alimentos: nomenclatura, propriedades físico-químicas, reações químicas e bioquímicas. Parâmetros intrínsecos e extrínsecos que influenciam a conservação dos alimentos. Métodos de conservação. Processamento de alimentos. Aditivos alimentares. Novos ingredientes. Embalagens para alimentos. Legislação aplicada à rotulagem nutricional. Fraudes em alimentos. Planejamento, condução e análise de testes sensoriais. Normas para auditoria em serviços de alimentação.

Estágio curricular supervisionado IV

Legislações farmacêuticas e Código de Ética para a atuação do farmacêutico em atividades relacionadas aos serviços de dispensação e promoção a saúde. Medicamentos de referência, genéricos e similares. Intercambialidade de medicamentos. Acompanhamento farmacoterapêutico na assistência e /ou atenção farmacêutica. Dispensação e Escrituração de fármacos. Assistência Farmacêutica. Atenção farmacêutica. Educação em Saúde. Farmácia Clínica. Análises clínicas, toxicológicas, genéticas e/ou de alimentos. Legislação Sanitária. Deontologia farmacêutica.

Análises químicas e toxicológicas

Principais áreas de atuação da toxicologia. Vias de exposição e fases da intoxicação. Principais drogas de abuso (etanol, cocaína e maconha). Praguicidas carbamatos e organofosforados. Matrizes biológicas. Preparo de amostras. Cálculo de concentração de soluções (% massa, ppm, massa/volume, mol/L) e diluições. Análises volumétricas. Técnicas cromatográficas e espectrofotometria no UV-Vis. Validação de métodos. Área de atuação da perícia criminal. Análises laboratoriais realizadas em vestígios de interesse forense.

Desenvolvimento de medicamentos e cosméticos

Conceitos básicos relacionados a biofarmácia, medicamentos alopáticos, homeopáticos e cosméticos manipulados. Cálculo farmacêutico. Produção de cosméticos. Condução de Biossegurança aplicada a farmácia de manipulação. Estudo das etapas de desenvolvimento das formas farmacêuticas líquidas, sólidas e semissólidas não estéreis, cosméticos, com ênfase no estudo crítico das formulações, técnicas de manipulação, cálculos envolvidos, embalagens e estabilidade das formulações. Adjuvantes e excipientes. Incompatibilidades. Manipulação Homeopática. Boas práticas de manipulação e operações unitárias empregadas nas preparações farmacêuticas alopáticas, homeopáticas e cosméticas. Controle de qualidade físico-químico e microbiológico das formas farmacêuticas sólidas, semissólidas, líquidas não estéreis e cosméticos de acordo com a legislação vigente aplicada a farmácia magistral.

Estágio curricular supervisionado V

Atuação do farmacêutico relacionado às análises clínicas, toxicológicas, genéticas e/ou de alimentos. Legislação Sanitária. Deontologia farmacêutica.

Farmacoterapia no serviço farmacêutico

Técnicas em comunicação interpessoal. Semiologia em serviços farmacêuticos. Protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas. Processo do cuidado na atenção farmacêutica: avaliação inicial, plano de cuidado e avaliação de resultados. Acompanhamento farmacoterapêutico: detecção, prevenção, promoção e resolução de problemas relacionados ao uso de medicamentos (PRM). Atenção farmacêutica em transtornos menores (tosse, diarreia, gripe, resfriado) e às condições clínicas crônicas: hipertensão arterial sistêmica (HAS), diabetes mellitus (DM), síndrome metabólica, dislipidemias, doenças respiratórias, dor e inflamação, insuficiência renal. Interações medicamentosas e efeitos adversos dos medicamentos aplicada às doenças crônicas e autolimitadas. Interpretação de exames laboratoriais para o monitoramento das condições clínicas e farmacoterapia do paciente. Medicamentos isentos de prescrição e aplicação ao contexto da Prescrição farmacêutica. Promoção do uso racional de medicamentos.

Gestão de serviços farmacêuticos

Princípios de ética, moral e direito. Responsabilidade civil e penal do farmacêutico. Código de ética. Legislação Sanitária e profissional. Aplicação do ciclo da Assistência farmacêutica. Aplicação da Política Nacional de Medicamentos e da Política Nacional de Assistência Farmacêutica. Assistência farmacêutica hospitalar e na atenção básica. Medicamentos essenciais. Componentes da assistência farmacêutica (básico, estratégico e especializado). Serviços farmacêuticos destinados ao paciente, à família e à comunidade. Farmacoeconomia e suas aplicações. Análise dos estudos farmacoepidemiológicos e suas aplicações. Farmacovigilância, tecnovigilância e hemovigilância. Ferramentas de gestão em serviços farmacêuticos. Marketing farmacêutico. Planos de negócios como ferramenta de gestão e implementação de serviços farmacêuticos.

Estágio curricular supervisionado VI

Legislações farmacêuticas e Código de Ética para a atuação do farmacêutico em atividades relacionadas aos serviços de dispensação e promoção à saúde. Medicamentos de referência, genéricos e similares. Intercambialidade de medicamentos. Acompanhamento farmacoterapêutico na assistência e /ou atenção farmacêutica. Dispensação e Escrituração de fármacos. Assistência Farmacêutica. Atenção farmacêutica. Educação em Saúde. Farmácia Clínica. Análises clínicas, toxicológicas, genéticas e/ou de alimentos. Legislação Sanitária. Deontologia farmacêutica

Estágio curricular supervisionado VII

Legislações farmacêuticas e Código de Ética para a atuação do farmacêutico em atividades relacionadas aos serviços de dispensação e promoção a saúde. Medicamentos de referência, genéricos e similares. Intercambialidade de medicamentos. Acompanhamento farmacoterapêutico na assistência e /ou atenção farmacêutica. Dispensação e Escrituração de fármacos. Assistência Farmacêutica. Atenção farmacêutica. Educação em Saúde. Farmácia Clínica. Análises clínicas, toxicológicas, genéticas e/ou de alimentos. Legislação Sanitária. Deontologia farmacêutica.

Trabalho de conclusão de curso

Definição do objeto e delimitação do tema. Execução de projeto: teoria – articulação entre autores e temática proposta, com ênfase em produções recentes e atualizadas – e prática – como resultados propostos que confirmem ou problematizem o projeto proposto e pontuem a realidade da área de formação.

8. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DISCENTE

A proposta de avaliação está organizada considerando o conceito de avaliação contínua, ou seja, avaliações e feedbacks mais frequentes, para que seja possível acompanhar o desenvolvimento dos estudantes e intervir com mais assertividade. Além disso, as avaliações propostas têm diferentes objetivos, todos alinhados com as competências que os estudantes devem desenvolver neste nível de ensino. Desta forma, as avaliações estão planejadas da seguinte forma:

Avaliação 1 (A1) – Dissertativa | 30 pontos

Avalia a expressão da linguagem específica de determinada área. O aluno precisa saber se expressar, sobretudo, na área em que ele irá atuar – com os códigos, símbolos, linguajar e dialeto inerentes a determinada área do conhecimento, levando-se em conta a realidade profissional ali compreendida. Pretende-se, nessa etapa avaliativa, verificar a capacidade de síntese e de interpretação, analisando-se a capacidade do aluno de não apenas memorizar, mas expressar-se criativamente diante de situações semelhantes aos reais.

Avaliação 2 (A2) – Múltipla escolha | 30 pontos

Avalia a leitura, a interpretação, a análise e o estabelecimento de relações considerando, portanto, essas competências.

Avaliação 3 (A3) – Avaliação dos desempenhos | 40 pontos

Avalia a compreensão efetiva do aluno em relação à integração dos conhecimentos propostos na unidade curricular. Consistirá no desenvolvimento de um projeto em que demonstre, por meio de um produto que pode ser texto, artigo, vídeo, entre outros, a mobilização dos conteúdos para resolver uma situação problema do mundo contemporâneo. É analisada, especialmente, a capacidade e a tendência de usar o que se sabe para operar o mundo e, também, a criatividade na proposta de soluções.

Durante todo o processo da A3, também são desenvolvidas e avaliadas as *soft skills* – competências socioemocionais dos estudantes.

Ressalta-se que o *feedback* dos professores constituirá elemento imprescindível para construção do conhecimento, portanto, será essencial que o docente realize as devolutivas necessárias, ao longo do semestre letivo. Para a A1 e A2 a devolutiva deverá ocorrer, necessariamente, após a divulgação das notas e, no caso da A3, durante o processo.

Na unidade curricular presencial, estará aprovado – naquela unidade curricular – o aluno que obtiver, na soma das três avaliações (A1+A2+A3), a nota mínima de 70 pontos e atingir, no mínimo, 75% de frequência nas aulas presenciais. Nas unidades curriculares digitais (UCD), estará aprovado o aluno que obtiver, na soma das três avaliações (A1+A2+A3), a nota mínima de 70 pontos.

Para os alunos que não obtiveram a soma de 70 pontos será oferecida a Avaliação Integrada, conforme esclarecido a seguir, com o valor de 30 pontos.

O aluno que tenha obtido nota final inferior a 70 pontos e, no mínimo 75% de presença nas aulas da unidade curricular presencial, poderá realizar avaliação integrada (AI) no início do semestre seguinte, que valerá de 0 (zero) a 30 (trinta) pontos.

8.1. AVALIAÇÃO INTEGRADA

A avaliação integrada consiste em uma prova, a ser realizada em data prevista no calendário acadêmico, abrangendo o conteúdo integral da unidade curricular e substituirá, entre A1 e A2, a menor nota. Após o lançamento da nota da avaliação integrada (AI), o aluno que obtiver 70 pontos, como resultado da soma das avaliações (A1, A2 e A3), será considerado aprovado. O aluno que, porventura, vier a ser reprovado na unidade curricular, deverá refazê-la, na modalidade presencial ou digital, respeitada a oferta. A reprovação em componente curricular não interromperá a progressão do aluno no curso.

8.2. AVALIAÇÃO DO COMPONENTE CURRICULAR VIDA & CARREIRA

O componente curricular Vida & Carreira será avaliado por meio de atribuição de conceito e, por presença, quando o componente for presencial. O aluno que cursa o

Vida & Carreira presencial será aprovado quando comparecer ao menos em 75% das aulas presenciais e receber o conceito aprovado (A), resultante da avaliação das atividades propostas ao longo do semestre. O aluno que cursar o Vida & Carreira digital será aprovado se obtiver o conceito aprovado (A), resultante da avaliação das atividades propostas ao longo do semestre.

8.3. AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO

Na hipótese do estágio se constituir como competente curricular previsto no projeto pedagógico do curso de graduação, em conformidade com a legislação e as diretrizes curriculares pertinentes àquele curso, será ofertado e avaliado com os conceitos aprovado (A) ou reprovado (R). A carga horária correspondente ao estágio, designada na matriz curricular do curso, será cumprida nos termos do projeto pedagógico do curso e do regulamento de estágio, quando existente. Referidas atividades serão supervisionadas por um professor orientador a quem cumprirá propor, acompanhar e avaliar o desempenho dos alunos. Na hipótese de reprovação o aluno deverá, observada a oferta e disponibilidade de horário, efetuar nova matrícula nesse componente.

8.4. AVALIAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Caso o trabalho de conclusão de curso se constitua como componente curricular previsto no projeto pedagógico do curso de graduação, será orientado e avaliado com os conceitos aprovado (A) ou reprovado (R), observados os critérios, regras e regulamento específicos emanados do Núcleo Docente Estruturante do curso de graduação. Na hipótese de reprovação o aluno deverá, observada a oferta e disponibilidade de horário, efetuar nova matrícula neste componente.



8.5. CUMPRIMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES E EXTENSÃO

Nas atividades complementares e nas atividades de extensão o aluno que comprovar, durante a integralização, o cumprimento integral da carga horária definida na matriz curricular, observado no Projeto Pedagógico do Curso, obterá o conceito “cumpriu”.

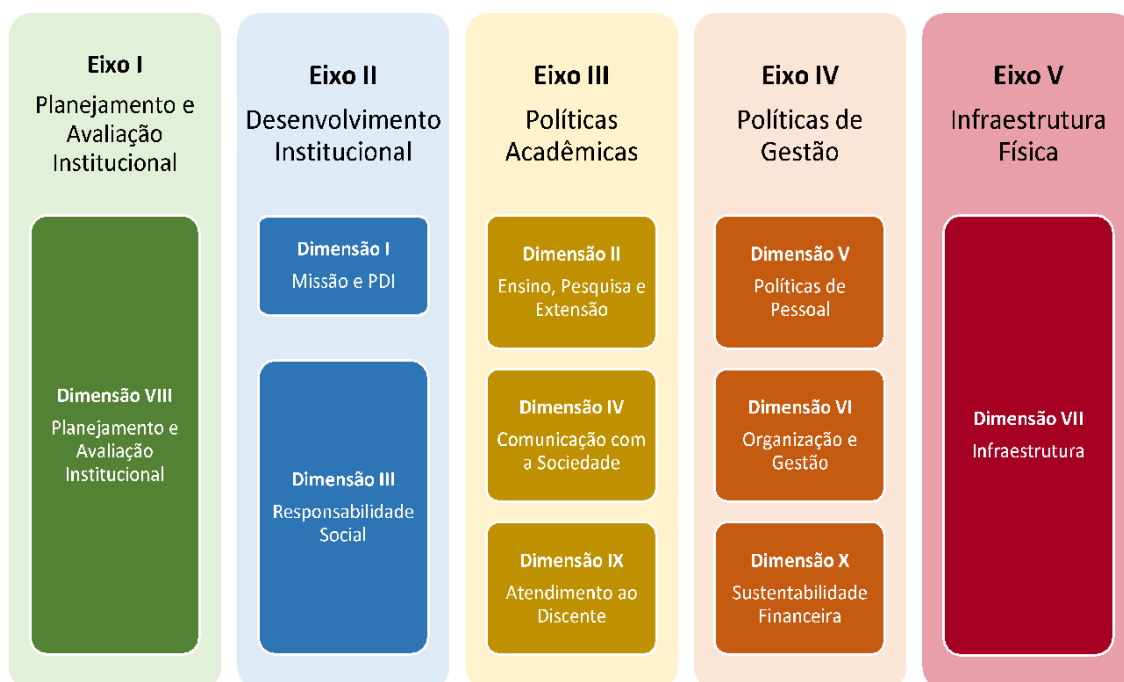
9. AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E DO CURSO

Em atendimento as diretrizes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e às Orientações da Comissão Nacional da Avaliação da Educação Superior (CONAES), a instituição conta uma Comissão Própria de Avaliação (CPA) que atua junto aos setores da Instituição promovendo medidas de avaliação interna e de acompanhamento e análise das avaliações externas.

O processo de avaliação institucional compreenderá dois momentos: o da avaliação interna e o da avaliação externa. No primeiro, ou seja, na autoavaliação, a instituição reunirá percepções e indicadores sobre si mesma, para então construir um plano de ação que defina os aspectos que poderão ser melhorados a fim de aumentar o grau de realização da sua missão, objetivos e diretrizes institucionais, e/ou o aumento de sua eficiência organizacional.

Essa autoavaliação, realizada em todos os cursos da IES, a cada semestre, de forma quantitativa e qualitativa, atenderá à Lei do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), nº 10.8601, de 14 de abril de 2004. A legislação irá prever a avaliação de dez dimensões, agrupadas em 5 eixos, conforme ilustra a figura a seguir.

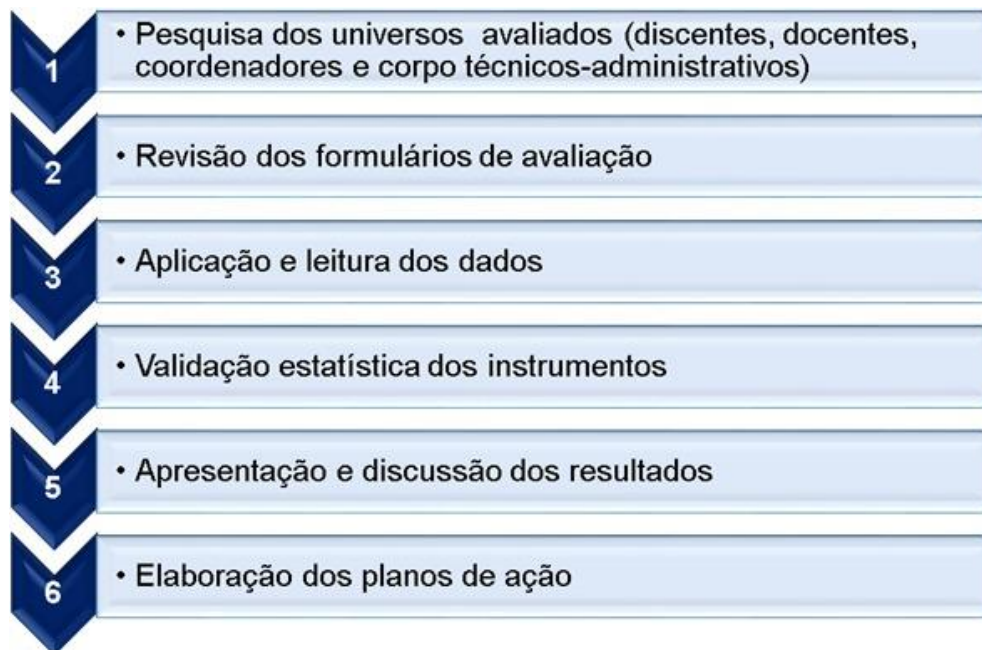
Figura 2 – Eixos e dimensões do SINAES



Fonte: SINAES / elaborado pela CPA.

O processo de autoavaliação da IES será composto por seis etapas que, de forma encadeada, promoverão o contínuo pensar sobre a qualidade da instituição.

Figura 3 – Etapas do processo avaliativo



Fonte: elaborado pela CPA.

Os objetivos traçados para a avaliação institucional são atingidos com a participação efetiva da comunidade acadêmica, em data definida no calendário escolar para aplicação dos instrumentos e envolve, primeiramente, os diretores e coordenadores de cursos, em seguida os docentes e funcionários técnico-administrativos e, por fim, a comunidade discente. A versão dos modelos específicos é amplamente divulgada e apresentada aos respectivos coordenadores para deliberação.

As iniciativas descritas compõem recursos de avaliação interna. Contudo, destaque deve ser feito para a avaliação externa, que consideram: Avaliação do curso por comissões de verificação in loco designadas pelo INEP/MEC; Exame Nacional de Avaliação de Desempenho do Estudante (ENADE); Conceito Preliminar do Curso (CPC) que é gerado a partir da nota do ENADE combinado com outros insumos, como o delta de conhecimento agregado ao estudante (IDD), corpo docente, infraestrutura e organização didático-pedagógica

O ENADE fornece informações que podem auxiliar a IES e o curso na análise do perfil de seus estudantes e, conseqüentemente, da própria instituição e o curso. Após a

divulgação dos resultados do ENADE, realiza-se uma análise do relatório de avaliação do curso, a fim de verificar se todas as competências abordadas no Exame estão sendo contempladas pelos componentes curriculares do curso. Após a análise, elabora-se um relatório com as ações previstas para a melhoria do desempenho do curso. Ao integrar os resultados do ENADE aos da autoavaliação, a IES inicia um processo de reflexão sobre seus compromissos e práticas, a fim de desenvolver uma gestão institucional preocupada com a formação de profissionais competentes tecnicamente e, ao mesmo tempo, éticos, críticos, responsáveis socialmente e participantes das mudanças necessárias à sociedade.

Dessa forma, a gestão do curso é realizada considerando a autoavaliação e os resultados das avaliações externas, por meio de estudos e planos de ação que embasam as decisões institucionais com foco no aprimoramento contínuo.

10. DOCENTES

O corpo docente do curso é composto por educadores com sólida formação acadêmica e relevante qualificação profissional, além da experiência na docência superior (presencial e a distância), aptos a atuarem nos diversos ambientes de aprendizagem utilizados pelo curso. Em sua maioria, são docentes com título de mestre ou doutor, oriundos de reconhecidos programas de pós-graduação stricto sensu.

Os educadores são selecionados de acordo com as Unidades Curriculares a serem ofertadas, considerando as demandas formativas do curso, os objetivos de aprendizagem esperados e o fomento ao raciocínio crítico e reflexivo dos estudantes.

Os docentes do curso que conduzem os encontros presenciais e a tutoria das atividades realizadas no AVA. Para isso, são incentivados e orientados a participarem da capacitação docente, visando ao constante aperfeiçoamento na sua atuação como profissionais, assim como na preparação de atividades, objetivando a verticalização dos conhecimentos nas diversas áreas de atuação do profissional a ser formado. Os docentes do curso participam também de programas e projetos de extensão mediante editais internos e externos.

Todos os educadores/tutores que atuam nas unidades curriculares do curso possuem ampla experiência na docência do ensino superior. Para o atendimento relativo às demandas do ambiente virtual de aprendizagem, a IES conta com professores do seu corpo docente já capacitados a realizar tal demanda. São professores que recebem semestralmente orientação e capacitação da equipe de Gestão Docente da IES para atuar e conduzir com excelência o ensino híbrido, identificar possíveis dificuldades de aprendizagem dos alunos e propor estratégias para saná-las.

11. INFRAESTRUTURA

A Instituição possui uma infraestrutura moderna, que combina tecnologia, conforto e funcionalidade para atender as necessidades dos seus estudantes e educadores. Os múltiplos espaços possibilitam a realização de diversos formatos de atividades e eventos como atividades extensionistas, seminários, congressos, cursos, reuniões, palestras, entre outros.

Todos os espaços da Instituição contam com cobertura *wi-fi*. As dependências estão dentro do padrão de qualidade exigido pela Lei de Acessibilidade n. 13.146/2015, e o acesso às salas de aula e a circulação pelo *campus* são sinalizados por pisos táteis e orientação em braile. Contamos, também, rampas ou elevadores em espaços que necessitam de deslocamento vertical.

11.1. ESPAÇO FÍSICO DO CURSO

Os espaços físicos utilizados pelo curso serão constituídos por infraestrutura adequada que atenderá às necessidades exigidas pelas normas institucionais, pelas diretrizes do curso e pelos órgãos oficiais de fiscalização pública.

12.1.1. Salas de aula

As salas de aula do curso estarão equipadas segundo a finalidade e atenderão plenamente aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade necessários à atividade proposta. As salas possuirão computador com projetor multimídia e, sempre que necessário, os espaços contarão com manutenção periódica.

Ademais, serão acessíveis, não somente em relação à questão arquitetônica, mas também, quando necessário, a outros âmbitos da acessibilidade, como o instrumental, por exemplo, que se materializará na existência de recursos necessários à plena participação e aprendizagem de todos os estudantes.

Outro recurso importante será a presença do intérprete de Libras na sala de aula caso também seja necessário e solicitado. A presença do intérprete contribuirá para superar

a barreira linguística e, conseqüentemente, as dificuldades dos estudantes surdos no processo de aprendizagem.

12.1.2. Instalações administrativas

As instalações administrativas serão adequadas para os usuários e para as atividades exercidas, com o material indicado para cada função. Além disso, irão possuir iluminação e ventilação artificial e natural. Todos os mobiliários serão adequados para as atividades, e as salas serão limpas diariamente, além de dispor de lixeiras em seu interior e nos corredores.

11.2. INSTALAÇÕES PARA OS DOCENTES

12.2.1. Sala dos professores

A instituição terá à disposição dos docentes uma sala coletiva, equipada com recursos de informática e comunicação. O espaço contará com iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação, comodidade e limpeza apropriados ao número de professores, além de espaço destinado para guardar materiais e equipamentos didáticos. O local será dimensionado de modo a considerar tanto o descanso, quanto a integração dos educadores.

12.2.2. Espaço para professores em tempo integral

O curso irá oferecer gabinete de trabalho plenamente adequado e equipado para os professores de tempo integral, atendendo de forma excelente aos aspectos de disponibilidade de equipamentos de informática em função do número de professores, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade apropriados para a realização dos trabalhos acadêmicos.

Com relação aos equipamentos e aos recursos de informática, a facilitação do acesso por parte de professores com deficiência ou mobilidade reduzida poderá se dar por meio da adequação dos programas e da adaptação dos equipamentos para as necessidades advindas da situação de deficiência (deficiências físicas, auditivas, visuais e cognitivas) a partir do uso de *softwares* especiais, ponteiras, adaptações em teclados e mouses, etc. A tecnologia assistiva adequada será aquela que irá

considerar as necessidades advindas da especificidade de cada pessoa e contexto e favorecerá a autonomia na execução das atividades inerentes à docência.

12.2.3. Instalações para a coordenação do curso

A coordenação do curso irá dispor de gabinete de trabalho que atenderá plenamente aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade necessários à atividade proposta, além de equipamentos adequados, conforme poderá ser visto na visita *in loco*. A coordenação do curso contará com uma equipe de apoio, uma central de atendimento ao aluno a fim de auxiliar e orientar os discentes em questões financeiras e em relação à secretaria, a estágio e à ouvidoria.

11.3. LABORATÓRIOS DO CURSO

12.3.1. Laboratórios de informática

A instituição providenciará recursos de informática aos seus discentes (recursos de *hardware* e *software*), a serem implantados de acordo com as necessidades do curso. Serão disponibilizados laboratórios específicos e compartilhados de informática entre os vários cursos, todos atendendo às aulas e às monitorias. Os alunos terão acesso aos laboratórios também fora dos horários de aulas, com acompanhamento de monitores e uso de diferentes *softwares* e internet.

Os laboratórios de informática irão auxiliar tecnicamente no apoio às atividades de ensino e pesquisa, da administração e da prestação de serviços à comunidade. Os laboratórios de informática, a serem amplamente utilizados pelos docentes e discentes, irão garantir as condições necessárias para atender às demandas de trabalhos e pesquisas acadêmicas, promovendo, também, o desenvolvimento de habilidades referentes ao levantamento bibliográfico e à utilização de bases de dados. O espaço irá dispor de equipamentos para propiciar conforto e agilidade aos seus usuários, que poderão contar com auxílio da equipe de Tecnologia da Informação (TI), nos horários de aulas e em momentos extraclasse, para esclarecer dúvidas e resolver problemas.

Existirão serviços de manutenção preventiva e corretiva na área de informática. O mecanismo *helpdesk* permitirá pronto atendimento pelos técnicos da própria IES, que também irá firmar contratos com empresas de manutenção técnica. A instituição irá dispor de plano de expansão, proporcional ao crescimento anual do corpo social. Será atribuição da área de TI a definição das características necessárias para os equipamentos, servidores da rede de computadores, base de dados, telecomunicações, internet e intranet.

11.4. BIBLIOTECA

A biblioteca é gerenciada em suas rotinas pelo *software* Pergamum, programa desenvolvido pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná em conjunto com a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Em seu acervo, constam não apenas livros da bibliografia básica das UCs ofertadas, mas também da bibliografia complementar, além de livros para consulta interna, dicionários, *e-books*, enciclopédias, periódicos, jornais e materiais audiovisuais especializados nas áreas de atuação das unidades, e está totalmente inserido no Sistema Pergamum, com possibilidade de acesso ao catálogo *on-line* para consulta (autor, título, assunto e booleana), reserva e renovação.

A composição do acervo está diretamente relacionada aos novos meios de publicação de materiais bibliográficos, constituindo uma variedade de recursos que atende às indicações bibliográficas dos cursos e da comunidade em geral.

A instituição mantém assinaturas das bases de dados multidisciplinares da EBSCO e Vlex, conforme quadro abaixo:

Quadro 1 – Bases de Dados disponíveis

Bases de Dados	Conteúdo
Vlex	Revistas especializadas e atualizadas, coleções de doutrinas essenciais, legislação comentada e pareceres da área jurídica.
Academic Search Premier	Ciências biológicas, sociais, humanas e aplicadas; educação, engenharias, idiomas e linguística, arte e literatura; tecnologia da informação, negócios, medicina, direito, arquitetura, design, comunicação.
Dentistry & Oral Sciences Source	Odontologia geral e estética, anestesia dental, saúde pública, ortodontia, odontologia forense, odontologia geriátrica e pediátrica, cirurgia.

Business Source Premier	Negócios, incluindo contabilidade e impostos, finanças e seguros, marketing e vendas, ciências da computação, economia, recursos humanos, indústria e manufatura, direito, psicologia para negócios, administração pública, transporte e distribuição.
SPORTDiscus With Full Text	Medicina esportiva, fisiologia do esporte e psicologia do esporte à educação física e recreação.
World Politics Review	Análise das tendências globais.
Nutrition Reference Center	Conteúdo sobre nutrição, desde dietas específicas a condições até habilidades e práticas dietéticas, elaboradas por uma equipe de nutricionistas e nutricionistas de classe mundial.
MEDLINE Complete	Revistas biomédicas e de saúde.
Fonte Acadêmica	Agricultura, ciências biológicas, ciências econômicas, história, direito, literatura, medicina, filosofia, psicologia, administração pública, religião e sociologia
Engineering Source	Engenharia Civil, Elétrica, Computação, Mecânica, entre outras.
Regional Business News	Esta base de dados fornece cobertura abrangente de texto completo de publicações regionais da área de negócios. O Regional Business News incorpora mais de 80 publicações de negócios regionais cobrindo todas as áreas urbanas e rurais nos EUA.
Ageline	O AgeLine é a fonte premier da literatura de gerontologia social e inclui conteúdo relacionado a envelhecimento das ciências biológicas, psicologia, sociologia, assistência social, economia e políticas públicas.
Legal Collection	Essa base de dados contém o texto completo de mais de 250 das mais respeitadas revistas acadêmicas de direito do mundo. O Legal Collection é uma fonte reconhecida de informações sobre atualidades, estudos atuais, pensamentos e tendências do mundo jurídico.

O acesso ao acervo é aberto ao público interno da IES e à comunidade externa. Além disso, é destinado espaço específico para leitura, estudo individual e em grupos. O empréstimo é facultado a alunos, professores e colaboradores administrativos e poderá ser prorrogado desde que a obra não esteja reservada ou em atraso.

Além do acervo físico, a IES oferece também a toda comunidade acadêmica o acesso a milhares de títulos em todas as áreas do conhecimento por meio de cinco plataformas digitais. A Biblioteca Virtual Pearson, a Minha Biblioteca, Biblioteca Digital Senac e Biblioteca Digital ProView, que irão contribuir para o aprimoramento e aprendizado do aluno. Elas possuem diversos recursos interativos e dinâmicos que contribuirão para a disponibilização e o acesso a informação de forma prática, acessível e eficaz. A plataforma da Biblioteca Virtual Pearson é disponibilizada pela editora Pearson e seus selos editoriais. O aluno terá à sua disponibilidade o acesso a aproximadamente 10.000 títulos. Na plataforma Minha Biblioteca, uma parceria dos Grupos A e Gen e seus selos editoriais. Com estas editoras o aluno terá acesso a aproximadamente 11.000 títulos, além de poder interagir em grupo e propor

discussões no ambiente virtual da plataforma. Na plataforma Biblioteca Digital Senac nossa comunidade acadêmica terá acesso a aproximadamente 1200 títulos publicados pela Editora Senac São Paulo. Na plataforma Biblioteca Digital ProView são disponibilizados aproximadamente 1.200 títulos específicos para a área jurídica. É disponibilizado ainda, o acesso a plataforma de Coleção da ABNT, serviço de gerenciamento que proporciona a visualização das Normas Técnicas Brasileiras (NBR). As plataformas estarão disponíveis gratuitamente com acesso ilimitado para todos alunos e professores. O acesso será disponibilizado pelo sistema Ulife.

As bibliotecas virtuais têm como missão disponibilizar ao aluno mais uma opção de acesso aos conteúdos necessários para uma formação acadêmica de excelência com um meio eficiente, acompanhando as novas tendências tecnológicas. A IES, dessa forma, estará comprometida com a formação e o desenvolvimento de um cidadão mais crítico e consciente.